

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL**

**2012/2013**



**TII**

**A AFIRMAÇÃO DO MERCOSUL COMO COMPETIDOR DA  
UNIÃO EUROPEIA**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO  
CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO  
CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS  
PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA**



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A AFIRMAÇÃO DO MERCOSUL COMO COMPETIDOR  
DA UNIÃO EUROPEIA**

**CORONEL ART António Joaquim Ramalhã Cavaleiro**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2012/2013

Pedrouços 2013



A afirmação do Mercosul como competidor da União Europeia

---



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A AFIRMAÇÃO DO MERCOSUL COMO COMPETIDOR  
DA UNIÃO EUROPEIA**

**CORONEL ART António Joaquim Ramalhã Cavaleiro**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2012/2013

Orientador: COR ENGAED Vitor Paulo da Rocha Marques

Pedrouços 2013

---



## **Agradecimentos**

Os meus sinceros agradecimentos ao Coronel Vitor Marques pelo seu conhecimento e disponibilidade, pelas úteis e oportunas orientações, desde o momento em que iniciei o curso no Instituto de Estudos Superiores Militares, as quais muito contribuíram para uma maior clareza e realismo deste trabalho.

Aos Oficiais do Curso de Promoção a Oficial General 2012/2013 que comigo partilharam este percurso, e muito em especial ao Cor Xavier de Sousa, pela camaradagem, cordialidade e apoio em todos os momentos do curso. Aos entrevistados que gentilmente me dispensaram o seu tempo e saber, os meus agradecimentos por terem, através das suas diversificadas experiências, enriquecido esta investigação.

À minha mulher, Clara, um agradecimento especial pelo apoio incondicional, pelo incentivo e pela compreensão da condição militar.



## Índice

Introdução.....	1
1. Afirmação do MERCOSUL no contexto internacional.....	5
a. A globalização e a integração regional.....	5
b. Princípios e objetivos do MERCOSUL.....	7
c. Evolução, fortalecimento e alargamento do MERCOSUL.....	8
(1) Do Tratado de Assunção-1991 ao Protocolo de Ouro Preto.....	8
(2) De 1994 a 2002.....	9
(3) De 2002 aos nossos dias.....	10
d. Condicionantes do MERCOSUL.....	12
(1) De ordem político-diplomática.....	12
(2) De ordem económica.....	15
(3) De ordem militar.....	18
(4) De ordem social.....	18
e. MERCOSUL-UE: Competidores ou complementares.....	18
f. Síntese conclusiva.....	20
2. Os interesses do Brasil no âmbito da integração regional.....	22
a. A importância do MERCOSUL.....	22
b. Afiramar e alargar o MERCOSUL.....	22
c. Integração regional da América do Sul.....	24
(1) Liderança brasileira e desenvolvimento.....	24
(2) Afirmação internacional.....	26
(3) Autonomia relativamente aos EUA.....	27
d. A importância do Atlântico Sul.....	27
e. A segurança e defesa na América do Sul.....	30
(1) A UNASUL.....	30
(2) O Conselho de Defesa Sul-americano.....	32
f. O relacionamento com os EUA.....	33
g. Relações com África e Sul-Sul.....	35
h. Síntese conclusiva.....	35
3. Influência económica e política dos Acordos com a UE.....	37
a. O Acordo Inter-regional.....	37



(1) Diálogo político e fortalecimento jurídico-institucional.....	38
(2) Preparação para a área de livre comércio.....	38
(3) Cooperação para a integração e promoção da aliança bi-regional.....	38
b. Cooperação económica e política.....	39
c. Impedimentos e competitividade.....	41
d. Apoio ao desenvolvimento.....	42
e. Acordo UE-EUA.....	44
f. Síntese conclusiva.....	45
Conclusões.....	47
Bibliografia.....	52

### **Índice de Apêndices**

Apêndice 1 – Glossário de Conceitos.....	Ap 1-1
Apêndice 2 - Geopolítica do MERCOSUL.....	Ap 2-1

### **Índice de Figuras**

Figura nº 1 – Mapa dos países do MERCOSUL.....	12
Figura nº 2 – Área de influência da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, (ZOPACAS).....	28
Figura nº 3 – Mapa da UNASUL, com seus 12 países, exceto Guiana Francesa...	31

### **Índice de Tabelas**

Tabela nº 1- Comparação do MERCOSUL com UE.....	19
Tabela nº 2 - Brasil, Amazônia Azul e Atlântico Sul: Possíveis ameaças e vulnerabilidades estratégicas.....	29



### **Resumo**

A presente investigação desenvolve-se pelo método hipotético-dedutivo, partindo da necessidade de verificar como acontece a afirmação internacional do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), sustentado no desempenho do Brasil, avaliando a capacidade deste Bloco económico para competir, no sistema internacional, com a União Europeia (UE), principalmente no domínio comercial e económico.

Neste sentido, iniciaremos com o enquadramento desta integração regional do Cone Sul no âmbito da globalização, analisando a sua evolução, fortalecimento e alargamento ao longo dos tempos, identificando as condicionantes políticas, económicas e sociais que afetam o atingir de objetivos e a afirmação do MERCOSUL no contexto internacional, efetuando, ainda, comparações com a UE, relativamente à importância comercial e económica de cada um destes Blocos e inerente complementaridade.

De seguida, perante a força motriz brasileira impulsionadora do MERCOSUL, identificaram-se os interesses do Brasil na integração regional da América do Sul, verificando-se que estes mecanismos permitem alcançar objetivos de crescimento e desenvolvimento. Evidenciaram-se as necessidades brasileiras de controlo e segurança do Atlântico Sul, de garantir a autonomia regional na gestão de crises e concretizar aspirações de afirmação e influência internacional.

Posteriormente, investigou-se qual a influência económica e política que os acordos UE-MERCOSUL possuem na competitividade e afirmação internacional do MERCOSUL, identificando impedimentos e razões que justificam a necessidade de concluir as negociações dos referidos acordos no âmbito do livre comércio.

No final concluímos que o MERCOSUL não é competidor da UE, mas apenas complementar, recomendando, como fundamental, para o MERCOSUL, a liberalização comercial, atingir os objetivos do Tratado de Assunção, aprofundar a integração dos seus membros, concretizar políticas comuns e, através de acordos de livre comércio com a UE, participar nos grandes e competitivos fluxos de comércio internacional.



***Abstract***

The current research uses the hypothetical-deductive method, starting from the need to verify the international affirmation of the Southern Common Market (MERCOSUL), based in the sustained performance of Brazil, assessing the capacity of this economic block to compete with the European Union (EU), in the international system, especially in trade and economic fields.

In this sense, we will start with the view of the regional integration of the Southern Cone in globalization, analyzing its development, strengthening and widening over time, identifying the political, economic and social constraints, that affect the achievement of its goals and the affirmation of the MERCOSUL in the international context, by comparing it with the EU, concerning the economic and commercial importance of each one of these blocks and inherent complement between them.

In sequence, considering Brazil as the driving force of MERCOSUL, we identified Brazilian interests in regional integration in South America, concluding that mechanisms like MERCOSUL allow the achievement of growth and development goals. We also highlighted the Brazilian need for control and security of South Atlantic, as well as a regional autonomy in crisis management and the achievement of international influence aspirations.

Subsequently, we investigated the economic and political influence that the EU-MERCOSUL agreements have in competitiveness and international affirmation of MERCOSUL, identifying the obstacles and the reasons that justify the need to conclude the negotiations of such free trade agreements.

Finally, we conclude that MERCOSUL is not a competitor of the EU, being only complementary, and recommend, as fundamental for MERCOSUL, the trade liberalization, the achievement of the objectives of the Treaty of Asunción, a deepen integration of its members, the implementation of common policies and, through free trade agreements with the EU, participate in large and competitive international trade flows.



**Palavras-chave**

Afirmação internacional, Condicionantes, Integração regional, Liberalização comercial, Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), União Europeia

***Keywords***

*International affirmation, Constraints, Regional integration, Trade liberalization, Southern Common Market (MERCOSUL), European Union*



### **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

- ACEB – Associação de Comércio Exterior do Brasil
- ALBA – Alternativa Bolivariana para as Américas
- ALC - Acordo de Livre Comércio
- ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
- ALCSA – Área de Livre Comércio Sul-americana
- APEC – *Asia-Pacific Economic Cooperation*
- AS – Atlântico Sul
- ASEAN - Associação de Nações do Sudoeste Asiático
- BEI – Banco Europeu de Investimentos
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Económico
- BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CAM - Código Aduaneiro do MERCOSUL
- CAN - Comunidade Andina de Nações
- CASA – Comunidade Sul Americana de Nações
- CDS – Conselho de Defesa Sul-Americano
- CE – Comissão Europeia
- CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais
- CIA – *Central International Agency*
- CMC – Conselho Mercado Comum
- CNA – Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil
- CNI – Confederação Nacional da Indústria
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- EC – *European Commission*
- END – Estratégia Nacional de Defesa
- EU – *European Union*
- EUA – Estados Unidos da América
- FCES – Foro Consultivo Económico e Social
- FOCEM - Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
- GATT - *General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral de tarifas e Comércio)
- GCI – *Global Competitiveness Index*



GMC – Grupo do Mercado Comum

H - Hipótese

IBAS - Índia, Brasil, África do Sul

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IESM – Instituto de Ensino Superior Militar

IIRSA - Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul- Americana

IISS – *International Institute for Strategic Studies*

ISAPE – Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia

ISM – Instituto Social do MERCOSUL

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MIC - Metodologia de Investigação Científica

MPR – *Military Power Review*

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NAFTA – *North American Free Trade Agreement*

NEP – Norma de Execução Permanente

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PDN – Política de Defesa Nacional

PIB - Produto Interno Bruto

PIR – Programa Indicativo Regional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POP- Protocolo de Ouro Preto

PRFB – Presidência da República Federativa do Brasil

QC - Questão Central

QD – Questão Derivada

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SGP - Sistema Geral de Preferências

SGPR – Secretaria Geral da Presidência da República

SM – Secretaria do MERCOSUL

SPMS – Secretaria Permanente do MERCOSUL



TA – Tratado de Assunção

TEC - Tarifa Externa Comum

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TM – Tráfego Marítimo

TPR – Tribunal Permanente de Revisão

UE - União Europeia

UNASUL - União de Nações Sul-americanas

WEF – *World Economic Forum*

WTO – *World Trade Organization*

ZEE – Zona Económica Exclusiva

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico-Sul



## Introdução

### Justificação do tema

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) surge após um período de aproximação entre Brasil e Argentina, decorrente da democratização e ultrapassando desconfianças e rivalidades históricas, num processo de integração, que englobou também Paraguai e Uruguai, centrado nas relações comerciais e com a intenção de formar um mercado comum.

Paulo Roberto de Almeida, refere que, inicialmente, *“o processo poderia, possivelmente, evoluir para formas mais avançadas de organização económica, política e social, até alcançar [...] um espaço económico plenamente integrado, com total liberdade para o deslocamento de fatores produtivos, razoável coordenação económica seguida, subsequentemente ou simultaneamente, da harmonização e coesão dos regimes sociais e das peculiaridades nacionais e regionais, para finalmente, alcançar a desejada concertação política e diplomática, o que implicaria lograr uma expressão comum no plano externo (defesa, segurança, política externa, negociações multilaterais”* (Almeida, 2011, p.1).

Perante a proposta dos Estados Unidos da América (EUA), em 1994, de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o Brasil e os seus pares rejeitaram-na e optaram pelo fortalecimento do MERCOSUL (Nogueira, 2012, p.26). Os brasileiros perspetivavam uma projeção externa, que não alcançavam de outra forma, e o interesse na liderança da integração regional da América do Sul. Entretanto, em 1995, foi assinado, entre MERCOSUL e União Europeia (UE), o Acordo-Quadro de Cooperação Inter-regional, englobando liberalização comercial, cooperação económica, investimentos e diálogo político, que aumentaria a afirmação internacional do MERCOSUL. Porém, em 2004, essas negociações com a UE param, por divergências no âmbito do livre comércio. O MERCOSUL, fragilizado por crises internas decorrentes das assimetrias endógenas, e apesar do aumento do fluxo comercial intra-bloco, entra numa fase de estagnação, com contenciosos comerciais, ausência de institucionalização e sem vontade de perder soberania a favor da integração. Com a adesão da Venezuela, o processo de integração ganha nova alma e reatam-se as negociações para a zona de livre comércio UE-MERCOSUL, considerando-se como *“a segunda geração do MERCOSUL”* e do processo de integração regional (Miola, 2012).

Nestes termos, após 22 anos de existência, é importante verificar se a afirmação do



MERCOSUL, alicerçada no crescimento económico do Brasil e apesar das condicionantes que afetam este processo de integração, consegue concretizar os seus objetivos, uma vez que, no atual cenário internacional, a capacidade do MERCOSUL defender e promover os interesses dos seus Estados depende do seu fortalecimento económico e político. Assim, importa verificar se as aspirações brasileiras encontram suporte na integração regional da América do Sul e se a referida afirmação internacional e inerente capacidade para competir do MERCOSUL passa por estreitar relações económicas e de cooperação, num mundo caracterizado por Blocos regionais de comércio e pela globalização, designadamente através de acordos com o Bloco europeu.

### **Enunciado do tema**

O enunciado do tema versa “*A afirmação do Mercosul como competidor da União Europeia*”.

### **Contexto e base conceptual**

Estes processos de integração envolvem países geograficamente próximos, com interesses políticos convergentes, em uniões que perspectivam soluções sociais e económicas capazes de enfrentar as assimetrias e ameaças decorrentes do processo de globalização mundial.

Assim, importa contextualizar o MERCOSUL, quer no âmbito da globalização, quer na integração regional que lhe deu origem, bem como através da sua evolução e interação com o sistema político-económico internacional. Naturalmente, a existência (ou não) de políticas comuns ou divergentes entre Estados-partes, nos organismos multilaterais a que pertencem, afetam a afirmação do MERCOSUL.

A temática centra-se na conjugação de conceitos com vertente económica, como globalização e decorrente regionalização e, em especial, regionalismo aberto, passando pelas definições da Organização Mundial de Comércio (OMC) sobre zonas de livre comércio, união aduaneira e mercado comum, sem descuidar os conceitos da estratégia e da geopolítica do espaço regional em análise. Importa ainda estabelecer conceitos inerentes às políticas de integração regional dos Estados-partes, nomeadamente a supranacionalidade e a intergovernamentalidade. O glossário de conceitos apresenta-se no Apêndice 1.

### **Objeto de estudo e sua delimitação**

Assenta na apreciação de como o MERCOSUL se afirma como competidor da UE, circunscrevendo uma resumida análise geopolítica, que se apresenta em Apêndice 2, analisando as suas potencialidades e vulnerabilidades, apurando as condicionantes que



afetam a sua afirmação, comparando o seu peso comercial com a UE, bem como identificar os interesses do Brasil na integração regional e qual a implicação dos acordos com a UE na afirmação do Bloco.

### **Objetivo da investigação**

O objetivo geral é verificar como o MERCOSUL, na atual conjuntura internacional, impulsionado pelo Brasil, se afirma como um bloco competidor da UE, considerando-se necessário levantar os seguintes objetivos específicos:

- Verificar o que afeta a afirmação do MERCOSUL;
- Identificar os interesses do Brasil no âmbito da integração regional sul-americana;
- Verificar como os acordos com a UE contribuem para a afirmação do MERCOSUL.

### **Questão Central e Questões Derivadas**

Decorrente do tema e enquadrada pela exposição que precede, a investigação passa pela resposta à seguinte Questão Central (QC):

***“De que forma o MERCOSUL, impulsionado pelo Brasil, se afirma como competidor da União Europeia?”***

No desenvolvimento da QC articularam-se as seguintes Questões Derivadas (QD):

QD 1 – *Quais as condicionantes que afetam a afirmação do MERCOSUL no contexto internacional?*

QD 2 – *Quais os interesses do Brasil no âmbito da integração regional sul-americana?*

QD 3 - *Qual a implicação dos Acordos com a UE na afirmação do MERCOSUL?*

Com base nestas QD formulámos as seguintes Hipóteses (H), cuja confirmação, através da investigação, permitirá responder às QD:

H1 – *As condicionantes políticas, económicas e sociais têm limitado o cumprimento dos objetivos do Bloco.*

H2 – *A integração regional, através do alargamento do MERCOSUL, com liderança do Brasil, permite o crescimento e desenvolvimento.*

H3 – *Uma integração regional, capaz de solucionar crises, confere ao Brasil dimensão política, envolvimento nas questões de segurança e defesa e influência internacional.*

H4 - *Os Acordos com a UE dinamizam a cooperação económica e política, contribuindo para a competitividade e afirmação internacional do MERCOSUL.*



## **Metodologia, percurso e instrumentos**

### **Metodologia**

A metodologia a seguir está de acordo com a Metodologia de Investigação Científica (MIC), descrita na NEP / ACA – 010 e na NEP / ACA 018, ambas de 16 de Julho de 2012, do IESM.

### **Percurso metodológico**

A formulação da QC, as leituras, as entrevistas exploratórias e a problematização, constituem as componentes do processo de rotura e os fundamentos do modelo de análise.

Assim, definidas a QC e QD, a fase nuclear da investigação apoia-se na exploração da bibliografia relevante e no estudo da documentação recolhida, complementada com contactos pessoais e recolha da opinião de personalidades detentoras de conhecimentos na área em estudo.

Pretendemos enquadrar o MERCOSUL, caracterizando a sua evolução e afirmação no sistema político económico internacional, bem como as respetivas condicionantes económicas, políticas e sociais, procurando averiguar como têm limitado os objetivos deste Bloco económico, procurando comparações com a UE.

De seguida são analisados os interesses do Brasil no âmbito da integração regional sul-americana. Examina-se também se, através do alargamento do MERCOSUL sob liderança brasileira, acontece crescimento e desenvolvimento e se o Brasil obtém dimensão política, envolvimento nas questões de segurança e defesa e influência internacional através de uma integração/cooperação regional capaz de solucionar crises.

Pretendemos verificar como os acordos com a UE afetam a afirmação internacional do MERCOSUL.

Por último apresentaremos as conclusões a que nos conduziram as respostas às QD e, deste modo, responderemos à QC.

### **Instrumentos e métodos**

Nesta investigação seguiremos o método hipotético-dedutivo, tendo por base conceitos sistémicos, hipóteses deduzidas e um modelo teórico. A coleta de dados irá fundamentar-se essencialmente na pesquisa documental, bibliográfica e na internet, complementada com entrevistas exploratórias a especialistas e a personalidades no exercício de cargos de responsabilidade, identificados com a temática.



## **1. A afirmação do MERCOSUL no contexto internacional**

### **a. A globalização e a integração regional**

A crescente globalização reduz as distâncias entre povos, internacionaliza mercados de bens e serviços e, pelo desenvolvimento das tecnologias, aumenta a competitividade do mercado internacional, promovendo a integração regional dos Estados e o celebrar de compromissos internacionais e supranacionais, através da unificação aduaneira e do mercado comum (Ribeiro, 2012, p.1), desdobrando o Direito Internacional Público com reformulação da soberania do Estado (Engelmann, 2012, p.18).

Assim, surge um sistema internacional de relacionamento entre Estados e economias nacionais, com uma multiplicidade de atores, num cenário internacional promovido por globalização económica, política, tecnológica e cultural (Giddens, 2000, p.22). Nestes termos, a formação de Blocos económicos de inserção internacional na América do Sul materializou-se (Saraiva, 2011) porque o sistema internacional demonstra que as opções dos Estados são concretizáveis, com maior facilidade, por processos de integração regional inseridos no mundo globalizado, reunidos em interesses comuns político-económicos, com Tratados internacionais que requerem institucionalização no Direito interno dos Estados (Engelmann, 2012, p.18).

No entanto, os esforços iniciais de aproximação política e de cooperação económica Brasil-Argentina não avançaram por instabilidades internas e desconfianças mútuas, com preocupações de segurança estratégica e projetos de capacidade nuclear. Porém, essas tensões de relacionamento (Arce et al., 2012, p.61), aliadas à conjuntura dos anos 80, com inserção internacional difícil, obrigaram à integração, visando benefícios económicos, afirmação mundial e cooperação.

Nesses tempos, o sucesso da integração europeia contrastava com as dificuldades de integração na América Latina, até surgir o MERCOSUL, formado a partir dessas experiências bilaterais de integração Brasil-Argentina (Almeida, 2009, p.157), e que obtiveram relativo sucesso regional. Efetivamente, em 1985, com a Declaração de Iguazu e em 1986, com a Ata de Integração, visando o desenvolvimento e integração económica (Engelmann, 2012, p.6), Brasil e Argentina respondem à necessidade de globalizar as suas economias, pretendendo com a Ata de Buenos Aires, de 1990, uma integração alfandegária para um mercado comum, que viria a constituir o quadro institucional e os mecanismos de liberalização comercial do MERCOSUL, com Paraguai e Uruguai, consolidado no Tratado



de Assunção (TA), de 26 de março de 1991 (Almeida, 2009, p.161).

Este Bloco é o resultado da guerra fria e a tomada de consciência de que a integração regional é a resposta à globalização económica (Leite, 2008, p.63), com os países da América Latina a iniciarem reformas estruturais e económicas para vencer a crise da dívida externa, atrair Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) e estimulando os programas de privatização, enquanto solicitavam o seu ingresso no *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) (Diz et al., 2011, p.108).

A atualidade caracteriza-se pela procura de mercados, através de acordos de associação ou integração em Blocos, aumentando a força e representatividade inerente à união das economias, produzindo influência, garantindo satisfação de interesses e a conquista de mercados, produção, prestígio, credibilidade e afirmação internacional (Guimarães, 2011, p. 14), resultando que os principais Blocos económicos mundiais, como a UE, *North American Free Trade Area* (NAFTA), MERCOSUL, etc. garantem grande parte dos movimentos económicos e financeiros da economia mundial (Azevedo et al., 2012, p.6).

Esta reunião em Blocos económicos favorece o fortalecimento das relações comerciais internas, viabilizando decisões conjuntas com maior peso e eficácia, contribuindo para o desenvolvimento, trilhando caminhos de integração que, para além do aspeto económico, visam atingir o âmbito social, político e cultural. Desta forma, o fortalecimento do MERCOSUL facilita as relações comerciais entre Estados-partes e com os demais Blocos económicos, sendo fundamental para o desenvolvimento e inserção internacional.

Neste enquadramento, o paradigma geopolítico regional passou de conflito para colaboração Brasil-Argentina, constituindo-se como raiz do MERCOSUL, num contexto de necessidade de integração para atingir o desenvolvimento regional (Pereira, 2012, p.97) e a inserção na economia global, desenvolvendo o potencial económico dos Estados-partes, aumentando as relações económicas, políticas, diplomáticas e empresariais entre eles e com o mundo (Azevedo et al., 2012, p.3). Esta integração foi motivada por necessidades económicas e financeiras das maiores economias da região (Vidigal, 2012, p.76), contrariamente ao processo de integração da UE, decorrente da necessidade de eliminar a possibilidade de guerras (Borges, 2010, p.17).

Porém, é importante salientar que existem desigualdades económicas, políticas e sociais entre países membros dos Blocos económicos, bem como entre Blocos,



salientando-se os Blocos hegemônicos, geralmente os de maior representatividade política e econômica no cenário geopolítico mundial, como a UE e NAFTA (Azevedo et al., 2012, p.8).

No entanto, a integração necessita de convergência de normas, solidariedade econômica, social e política, com vista ao desenvolvimento de políticas comuns (Arslanian, 2012, p.86), e capacidade de resistência às crises e, presentemente, à China. Nesse sentido, estas iniciativas de liberalização comercial, como o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações (CAN), por não conseguirem reorientar o comércio intrarregional no sentido de se constituírem como prioridade dos intercâmbios (em detrimento do exterior dos Blocos), são complementadas por iniciativas cooperativas, que diferem das baseadas na integração comercial (Saraiva, 2012, p.88).

### **b. Princípios e objetivos do MERCOSUL**

O TA rege-se pelos princípios da reciprocidade de direitos e obrigações entre Estados-partes, sem discriminação entre eles, com tratamento nacional para produtos originários de outro Estado-parte, transparência e coordenação de políticas nacionais visando condições equitativas de comércio com o exterior, cumprindo e acatando o Tratado (Accioly, 2003, p.69).

O MERCOSUL tem por objetivos consolidar a integração política, econômica e social, fortalecer vínculos entre cidadãos e contribuir para melhorar a qualidade de vida, visando a formação do mercado comum entre Estados-partes (MRE, 2013), através de:

- Livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, eliminando direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias, com estabelecimento de Tarifa Externa Comum (TEC) e política comercial comum;
- Coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, assegurando concorrência interna e harmonização legislativa (Engelmann, 2012, p.1).

Alguns autores interpretam que “*O MERCOSUL foi criado em 1991 para ser um esquema de liberalização comercial, com vista à eliminação de barreiras ao comércio e de plena inserção na economia internacional e não para ser um organismo de promoção do desenvolvimento econômico nem dos Estados isolados nem em conjunto*” (Guimarães, 2011, p.20). Ou seja, o objetivo é a liberalização do comércio entre Estados-partes para atingirem integração econômica, considerando-se que ampliar o MERCOSUL à restante América do Sul, para o fortalecer econômica e politicamente, também pode criar distorção comercial se não cumprirem os compromissos da TEC e ingressarem por motivações



políticas (Barbosa, 2011, p.1).

Naturalmente, que a transformação do MERCOSUL de simples união aduaneira e área de livre comércio imperfeita num mecanismo de desenvolvimento regional dos Estados-partes exige eliminação das assimetrias com robustos recursos, suficientes para financiar projetos de integração, harmonização legislativa e políticas de desenvolvimento industrial de cada Estado (Guimarães, 2012a, p. 21).

Saliente-se que assimetrias de infraestrutura física e social, capacidade e dimensão empresarial, podem ser responsáveis por exceções contrárias à liberalização e reivindicações de aumento dos financiamentos compensatórios, contrariando a gênese do MERCOSUL, uma vez que este não é um mecanismo de correção de assimetrias mas um instrumento de adequada inserção competitiva das economias no mercado internacional, promovendo o desenvolvimento científico e tecnológico, modernizando e ampliando a oferta de bens e serviços (Engelmann, 2012, p.9). As assimetrias como justificação de protecionismos são contrárias ao MERCOSUL, à OMC, e ao comércio internacional baseado nas diferenças entre países (Barbosa, 2011, p.2).

Porém, só com inserção das economias sul-americanas na economia global e aumento das relações económicas intra-bloco é possível diminuir dependências externas e aumentar relações políticas, diplomáticas e empresariais entre Estados-partes e com o mundo (Azevedo et al.,2012, p.8), cumprindo os objetivos do MERCOSUL para fortalecer o processo de integração, através de acordos e protocolos complementares (Maia et al, 2011, p.394).

### **c. Evolução, fortalecimento e alargamento do MERCOSUL**

#### **(1) Do Tratado de Assunção-1991 ao Protocolo Ouro Preto - 1994**

A adesão de novo membro exige a ratificação de todos os países signatários, o que também acontece com a assinatura de Protocolos complementares para adequar a estrutura do Bloco, como por exemplo o Protocolo de Brasília (1991), o qual instituiu um sistema de solução de controvérsias.

Com base intergovernamental, o MERCOSUL não conseguiu, nem vai conseguir num futuro próximo, constituir o mercado comum previsto (Almeida, 2011, p.2), verificando-se exceções à zona de livre-comércio e à TEC, e ainda falta de coordenação das políticas macroeconómicas e setoriais. Estas dificuldades não invalidaram o crescimento do comércio intrarregional e com o mundo, permitindo estabelecer confiança nas relações estratégicas Argentina-Brasil (Almeida, 2009, p.162).



O MERCOSUL adquire personalidade jurídica internacional e estrutura institucional (Leite, 2008, p.66), ampliando a participação dos parlamentos nacionais e da sociedade civil, permitindo relacionamento com outros países, organismos internacionais e Blocos económicos, através do Protocolo de Ouro Preto<sup>1</sup> (POP) (Arce et al., 2012, p.62), complementando o TA, consolidando uma união aduaneira imperfeita e impulsionando a integração regional (Accioly, 2003, p.71). Assumiu, como fontes jurídicas, (Art.º 41º e 42º POP) o Tratado, protocolos complementares e adicionais, acordos celebrados no seu âmbito, decisões do Conselho do Mercado Comum (CMC), resoluções do Grupo do Mercado Comum (GMC) e diretivas da Comissão de Comércio (Engelmann, 2012, p.8).

## **(2) De 1994 a 2002**

Neste período, os EUA propuseram, em 1994, uma ALCA englobando toda a região (exceto Cuba), conseguindo o MERCOSUL preservar-se e paralisar as negociações a propósito do acesso a mercados de bens agrícolas e argumentando que outros assuntos careciam de análise multilateral nas negociações da OMC.

O MERCOSUL caracteriza-se pelo regionalismo aberto, objetivando aumentar o comércio internamente, com países terceiros e (MRE, 2013) parceiros regionais, permitindo negociar acordos com a UE para liberalização comercial entre os dois Blocos.

As crises financeiras asiáticas e na Rússia, no final dos anos noventa, afetaram o Brasil no início de 1999, que desvalorizou a moeda, encarecendo as importações brasileiras e atingindo a Argentina (Vizentini, 2007, p.85), provocando recessão e crise política (Bastos et al., 2012, p.172) que, agravada pela instabilidade regional, se traduziu em decréscimo comercial no MERCOSUL (Almeida, 2009, p.163). Estas crises (1996-2002) degradaram a estabilidade económica e a Argentina adotou medidas restritivas sobre produtos brasileiros, contrariando os princípios do mercado comum, atingindo Uruguai e Paraguai (Arce et al., 2012, p.63).

No entanto, a recuperação do crescimento do comércio e investimento verificou-se, mas o MERCOSUL continuou a evidenciar fragilidades económico-comerciais, mantendo-se atitudes protecionistas da indústria argentina (Almeida, 2009, p.163).

A crise foi ultrapassada, com argentinos e brasileiros determinados a fortalecerem o MERCOSUL e a diversificar relações exteriores, evitando dependências dos EUA, cujo relacionamento comercial não é favorável nem complementar, numa disputa entre MERCOSUL-ALCA de concepções estratégicas concorrentes, designadamente afirmar a

---

<sup>1</sup> Apelidado como “*Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul*” (Engelmann, 2012, p. 9).



autonomia sul-americana ou integrar um continente sob hegemonia norte-americana (Vizentini, 2007, p.88).

Assim, apesar das dificuldades económico-comerciais, o MERCOSUL avançou na cooperação bilateral e multilateral (Almeida, 2009, p.164), com protocolos complementares (PRFB, 2012) e instituição da Cláusula Democrática, através do Protocolo de Ushuaia (1998), sancionando com exclusão o Estado-parte que a violar.

Nesta época, a Venezuela negociava com o MERCOSUL no âmbito da CAN, visando acordos multilaterais para construir uma união comercial entre Blocos, mas a paragem das negociações sobre expansão política do Bloco andino e a negociação norte-americana de Acordos de Livre Comércio (ALC), no âmbito bilateral, com países pertencentes à CAN, tais como Peru e Colômbia, levou a Venezuela a distanciar-se dos andinos (Arce et al., 2012, p.64).

### **(3) De 2002 aos nossos dias**

As crises enfrentadas pelos países do MERCOSUL mostraram a grande debilidade institucional do Bloco e nítida insuficiência no processo de institucionalização das decisões proferidas, como se verificou com o colapso argentino (2001-2002) (Arce et al., 2012, p.63).

Entretanto, o Protocolo de Brasília foi revogado pelo Protocolo de Olivos, com vista ao aperfeiçoamento jurídico-institucional do MERCOSUL e solução de controvérsias entre Estados-partes (MRE, 2013), surgindo o Tribunal Permanente de Revisão (TPR), para garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento do normativo do Bloco (Engelmann, 2012, p.15).

Em 17 de dezembro de 2004, é constituído o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), para financiar programas de convergência estrutural, competitividade, coesão social, e infraestrutura institucional (PRFB, 2012) e, em sete de dezembro de 2005, foi assinado o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL.

O protocolo de Olivos e a formação do Parlamento constituem as dimensões institucionais e sociais, traduzindo um nível de integração significativo, principalmente entre Brasil-Argentina (Saraiva, 2012, p.94).

Naturalmente que os interesses do MERCOSUL dependem do seu fortalecimento económico, através do desenvolvimento da produtividade das economias nacionais, integração física e comercial, redução de assimetrias, dinamismo tecnológico e redução de vulnerabilidades externas de cada Estado-parte, bem como do fortalecimento político, pelo



grau de coordenação e número de Estados-partes soberanos, com inerente capacidade negocial nas negociações internacionais perante crises e iniciativas de Estados ou Blocos mais poderosos (Guimarães, 2011, p.19).

Neste sentido, a Venezuela, em 24 de maio de 2006, assinou o Protocolo de Adesão ao MERCOSUL. Com relevância política e económica, pela riqueza de recursos minerais e energéticos, proporciona aumento de mercado e comércio, investimentos brasileiros no setor petrolífero e de infraestruturas, integração fronteiriça e possibilita a importação, do Brasil, de produtos de primeira necessidade (Arce et al., 2012, p.78).

Registe-se a entrada em vigor do Parlamento do MERCOSUL, em 24 de fevereiro de 2007, com igual representação dos Estados-partes, ignorando diferenças de dimensão e de população, mas conferindo representatividade e transparência ao processo de integração (MRE, 2013).

Noutro domínio, o aperfeiçoamento da união aduaneira é um dos objetivos do MERCOSUL (MRE, 2013) e, nesse sentido, em 2010 com a aprovação do Código Aduaneiro do MERCOSUL (CAM), fica estabelecida a legislação aduaneira comum. O CMC adota o Programa de Consolidação da União Aduaneira do MERCOSUL para eliminação da dupla cobrança da TEC, aperfeiçoamento da política comercial comum, estabelecimento de livre comércio internamente e promoção da concorrência em bases equitativas e equilibradas no seu interior (PRFB, 2012).

Aqui chegados, o ultrapassar da crise económica e a consolidação dos processos de estabilização nos Estados-partes deveria permitir o atingir do mercado comum (Almeida, 2009, p.164), mas a área de livre comércio e a TEC continuam perfuradas e a dimensão institucional, apesar dos avanços, não atinge a supranacionalidade (Saraiva, 2012, p.94), decorrente da necessidade de manter as soberanias nacionais evidenciadas nos textos constitucionais dos Estados-partes, designadamente do Brasil (Engelmann, 2012, p.32).

Recentemente, em 2011, reforçou-se o Compromisso com a Democracia (Ushuaia II) e em 2012 aprovou-se a suspensão do Paraguai do MERCOSUL, entrou em vigor a adesão da Venezuela (PRFB, 2012), assistiu-se ao Protocolo de Adesão da Bolívia e, apesar de não serem Estados-associados, a Guiana e o Suriname passaram a “participar” nas reuniões (MRE, 2013).

Refira-se que o MERCOSUL, para além dos Estados-partes, dispõe de cinco países associados: Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador (MRE, 2013), que evidenciam relações com potências económicas mundiais (Azevedo et al., 2012, p.9).



Figura nº 1 – Países do MERCOSUL.

Fonte: (Tiberiogo, 2012)

#### **d. Condicionantes do MERCOSUL**

A crise financeira, principalmente na Europa, provoca recessão, mundo multipolar, desafios inerentes ao crescimento da China e ao posicionamento dos EUA (Sigal, 2012, p.196), estabelecendo incerteza, mas não anula a necessidade de interagir com o mundo, enfrentando os desafios e novos atores (Patriota, 2012, p.17).

É neste contexto que as condicionantes que afetam o MERCOSUL ganham destaque na afirmação e competição internacional.

##### **(1) De ordem político-diplomática**

O MERCOSUL é uma união aduaneira imperfeita (Engelmann, 2012, p.14) com um TA não concretizado, (Saraiva, 2012. p.93) e apenas com ALC envolvendo Peru, Colômbia, Equador, Cuba, Israel e Egito (MRE, 2013a), para além das negociações, paralisadas com a UE, para ALC entre Blocos económicos, sendo mais provável retroceder à área de livre comércio do que converter-se numa organização supranacional (Malamud, 2011, p.236).

Verifica-se debilidade institucional, fundamentalmente do sistema de solução de controvérsias, com decisões não cumpridas nem respeitadas pelos Estados-partes (Caballero, 2012, p.112), e base intergovernamental, pelo entendimento de decisões



unânicos a partir do consenso dos seus representantes (Engelmann, 2012, p.10), que carecem de incorporação das normas emanadas nos ordenamentos jurídicos nacionais. Decisões que ficam condicionadas pela vontade política nacional para as cumprir (Almeida, 2009, p.169), afetando a credibilidade (Leite, 2008, p.70), contrariamente à forma direta e automática da UE, após publicitação no Jornal Oficial (Borges, 2010, p.31). Esta falta de estrutura institucional, capaz de resolver conflitos, resulta dos Estados não abdicarem de soberania em prol da integração (Nogueira, 2012, p.27). Assim, o MERCOSUL para se sustentar e atingir o mercado comum, precisa de concretizar reformas legislativas nacionais (Silva, 2012, p.249), harmonizar vontade política, cooperação e participação dos poderes executivos nacionais (Engelmann, 2012, p.9), inerente ao facto das economias dos Estados-partes serem concorrentes, apesar da diferença de dimensão, (Maia et al., 2011, p.398), falta de complementaridade e relações prioritárias históricas com países desenvolvidos (Vigevani et al., 2010, p.47).

Neste ponto, segundo Renata e Osvaldo Silva “*A ausência de um ordenamento jurídico comunitário, de efetividade supranacional, prevalente sobre o direito nacional nas matérias específicas de interesse da comunidade constitui-se em um dos obstáculos ao sucesso da integração dos Estados-Partes do MERCOSUL*” (Silva, 2002), fragilizando-o, conjuntamente com pressões externas para acordos bilaterais e multilaterais com Estados-partes, colocando em risco a sua sobrevivência (Engelmann, 2012, p.3).

Por outro lado, é importante a manutenção da coesão política, porque nas negociações internacionais os países isoladamente não têm força, constituindo argumento para alargar o MERCOSUL, aproveitando os votos dos parceiros que nas votações internacionais valem tanto como Brasil ou Argentina (Guimarães, 2011, p.94).

Porém, a vontade do Brasil ocupar um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) condiciona o relacionamento regional, principalmente com a Argentina, aumentando a assimetria política, condicionando o exercício natural da liderança brasileira sul-americana (Pereira, 2012, p.102) e a preciosa bilateralidade Brasil-Argentina.

Saliente-se que, após recusa da ALCA, os EUA consolidaram presença regional através de ALC bilaterais com, praticamente, todos os países da América do Sul, excepto com os do MERCOSUL (Caetano, 2012, p.140), constituindo ameaça regional, no acesso ao mercado americano e perante atrativas promessas de investimento (Almeida, 2009, p.165).



São também condicionantes as necessidades de:

- Convergir Venezuela e restantes Estados-partes, na defesa da multipolaridade das decisões regionais e mundiais, e autonomia relativamente aos EUA;
- Aproveitando a influência venezuelana ampliar relações político-económicas com América Central e Caribe, convergindo com MERCOSUL (Arce et al., 2012, p.79).

Naturalmente que o MERCOSUL, internamente, no contexto regional e internacional, é condicionado por situações conjunturais, designadamente:

- Evolução interna, política, institucional e económica dos Estados-partes;
- Vontade das lideranças políticas nacionais ultrapassarem obstáculos estruturais à integração;
- Manutenção do crescimento económico e da competitividade dos Estados-partes para atrair IDE;
- Preservação da estabilidade económica, política e social regional para integrar física e politicamente o continente.

Nestes termos, verifica-se que a evolução e desenvolvimento, internamente, regionalmente e multilateralmente, do MERCOSUL são condicionados pela vontade política dos Estados-partes, sobrepondo-se à realidade económica regional e afetando o desenvolvimento institucional (Almeida, 2009, p.165), decorrente da característica decisória intergovernamental dos seus órgãos CMC, GMC e Comissão de Comércio do MERCOSUL (Engelmann, 2012, p.9).

Também constituem condicionantes os desenvolvimentos inerentes aos processos multilaterais de liberalização comercial e de abertura económica, designadamente: conclusão das negociações na OMC, nos domínios agrícola, industrial, serviços e propriedade intelectual; conclusão do ALC MERCOSUL-UE e negociações com a presença de outros grandes atores, como EUA e China, com influência superior ao poder do MERCOSUL (Almeida, 2009, p.173).

Salientam-se ainda como condicionantes:

- Reacender de conflitos ou efeitos de instabilidades internas;
- Capacidade brasileira para mediar conflitos regionais e projetar poder militar;
- Fortalecimento e consolidação do MERCOSUL (Almeida, 2009, p.181);
- Desafios inerentes à situação das Malvinas e, com a Venezuela, maior dificuldade de relacionamento com EUA.



## (2) De ordem económica

Neste domínio, a consolidação e afirmação do MERCOSUL está condicionada pelo atingir dos objetivos definidos, designadamente um mercado comum com coordenação de políticas macroeconómicas e setoriais, através de fortalecimento e institucionalização. Para tal, existem condicionantes conjunturais devido a alterações macroeconómicas dos Estados-partes e condicionantes estruturais económicas (Almeida, 2009, pp.155-185), decorrentes de assimetrias, designadamente do Brasil constituir 73% do MERCOSUL, em Produto Interno Bruto (PIB), comércio intrarregional e externo, IDE, superioridade de estrutura, capacidade tecnológica e produção industrial de 89% do total (Flores, cit. por Engelmann, 2012, p.16).

Porém, a integração económica não evita a produção de desigualdades regionais no interior dos Estados-partes. Verifica-se interação assimétrica, política e económica, decorrente da comparação do desempenho Brasil-Argentina, no contexto MERCOSUL, face ao Uruguai, Paraguai e Venezuela, com desempenhos tímidos e dependências económicas e tecnológicas (Azevedo et al., 2012, p.16).

Por outro lado, as assimetrias de infraestrutura física e social, de qualificação de mão-de-obra e dimensão empresarial, provocam desigualdade na distribuição dos investimentos, na qualidade do emprego e conseqüente rendimento (Guimarães, 2011, p.17), provocando diferenças de competitividade e de atração, com reações nos parceiros que dificultam a consolidação e integração do MERCOSUL e inerente inserção internacional (Almeida, 2009, p.159). Essas desigualdades ocorrem, principalmente, pela concentração de investimentos nos espaços tecnologicamente evoluídos e domínio sobre o avanço científico (Azevedo et al., 2012, p.16).

Efetivamente, a competitividade externa e atratividade aos IDE, afetam a participação nos fluxos do comércio internacional, apesar da base industrial brasileira (Almeida, 2009, pp.155-185). No *Global Competitiveness Index (GCI)*, do *World Economic Forum*, (WEF) referente a 2011, a Argentina, em 144 países, ocupa o 94º lugar (tendência a piorar), Brasil em 48º (a melhorar), Paraguai em 116º (a melhorar), Uruguai em 74º (a piorar) e Venezuela em 126º (a piorar), contribuindo para o PIB/PPP mundial com 0,91%, 2,91%, 0,05%, 0,07%, 0,47%, respetivamente (WEF, 2012).

Assim, a redução das assimetrias é fundamental para as economias e sociedades beneficiarem de forma equitativa do progresso de integração (Guimarães, 2011, p.17), já que a consolidação institucional e política do MERCOSUL está condicionada pela sua



capacidade económica e de infraestrutura, e a construção do mercado comum exige o minimizar dessas diferenças de desenvolvimento. Existe o FOCEM para viabilizar a construção da infraestrutura de energia, transporte e financiamento de políticas comunitárias de integração, mas as dimensões do problema ultrapassam as disponibilidades financeiras face às assimetrias reais, que também podem ser minimizadas com financiamentos nacionais e diferentes especializações de cada país (Almeida, 2009, pp.155-185).

Por outro lado, o aumento do comércio, e a taxa de crescimento de exportações associada, está condicionado por eventuais resistências e relações de conflito, quando os rendimentos do aumento das transações comerciais não são equilibrados, sendo necessária a integração das cadeias produtivas e de uma infraestrutura comum para gerar mais comércio (Corrêa, 2012, p. 224).

A grande diferença económica entre países do MERCOSUL e o desequilíbrio das relações comerciais, como o intercâmbio Brasil-Argentina, afasta o Bloco dos seus objetivos iniciais, enfraquecendo a integração, gerando problemas internos, provocando protecionismos comerciais, como salvaguardas em relação ao Brasil, em clara violação do Tratado (Maia et al., 2011, pp.396-398), embora, no plano bilateral, o Brasil tenha aceite restrições unilaterais argentinas ao livre comércio, consolidando exceções e salvaguardas num “*Mecanismo de Adaptação Competitiva*” (Almeida, 2007, p.20).

Também existem condicionantes com a adesão de novos membros, que ampliam o MERCOSUL mas acrescentam limitações pelos ALC com outros Estados ou Blocos, com aplicação de tarifa-zero às respetivas importações, ficando impossibilitados de aplicar a TEC do MERCOSUL (Guimarães, 2012a, p.19). A existência de exceções ao livre-comércio evidencia assimetrias conjunturais e estruturais entre sistemas produtivos. A inclusão da Venezuela pode dificultar ainda mais a aplicação uniforme da TEC e os países menores podem solicitar tratamento especial perante normas comuns, condicionando o funcionamento comercial do Bloco. Esta diferença de competitividade interna provoca protecionismo, através de salvaguardas nos setores concorrentes, não existindo soluções de rápida implementação, considerando as limitações governamentais para “forçar” a integração produtiva de grupos privados (Almeida, 2009, p.168).

A implementação do TA, ao não considerar as diferenças entre países e o impacto económico e político inerente à redução de tarifas provocou exceções à TEC, que, com a existência de barreiras não tarifárias e a impossibilidade de as eliminar, condicionam o



desenvolvimento normal das correntes de comércio e aproveitamento do mercado interno (Guimarães, 2012a, p.20).

Também a crise nos países desenvolvidos condiciona as exportações do MERCOSUL, pela redução da procura e produção de moeda americana (desvalorizando-a) provocando aumento das importações pelo MERCOSUL. Em paralelo, a China apresenta intensa procura de produtos agrícolas, minério e energia, oferecendo produtos industrializados a baixo custo, condicionando a capacidade industrial do MERCOSUL, podendo provocar especialização deste na produção primária para exportação e à conquista pela China dos mercados de produtos industriais dos membros do MERCOSUL. Esta especialização pode ser agravada quando terminar a crise económica nos países industrializados e o respetivo crescimento aumentar a pressão sobre os mercados de produtos primários, agrícolas e minerais, condicionando a integração económica e política mercossulina, que só é possível pelo intercâmbio industrial em virtude da produção agrícola concorrente (Guimarães, 2012a, p.17).

Esta concentração de exportações em produtos primários, como alicerce do desenvolvimento, envolve riscos (Gratius, 2012, p.237) pela dependência dos preços das *commodities*<sup>2</sup> nos mercados internacionais e inerente fragilidade do emprego (Ferracioli, 2012, p.28).

Samuel Pinheiro Guimarães considera ainda que “*O cimento da integração entre os países do MERCOSUL, sobretudo entre o Brasil e a Argentina, é o comércio de produtos industriais, mais do que produtos primários*”... “*Na medida em que a importação de produtos industriais fabricados fora da América do Sul se torna mais atraente, o interesse na coesão do MERCOSUL diminui*” (Guimarães, 2012, p.94).

Por seu lado, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil considerou que, após a crise de 2009, foram retomados fluxos de comércio na América do Sul, com o consequente êxito do MERCOSUL, salientando a importância da competitividade industrial e do comércio regional enquanto promotores de crescimento económico, progresso industrial e geração de emprego, enquanto afastava os receios de eventual desindustrialização, perante a predominância significativa de exportações de *commodities* para a China (Patriota, 2012, p.11).

Devem ainda salientar-se como condicionantes económicas:

- Diferentes crescimentos aumentam resistências à integração, agravam

---

<sup>2</sup> *Commodities*-produtos primários, agrícolas, minerais e energia.



assimetrias, reduzindo o interesse na igualdade de direitos e obrigações, aumentando a dificuldade do Brasil apoiar financeiramente ou conceder acesso ao seu mercado sem reciprocidade;

- Disponibilidade de financiamento para integrar a infraestrutura física e energética;
- A capacidade de exportação de capitais brasileiros e internacionalização de empresas (Almeida, 2009, p.181).

### **(3) De ordem militar**

Este fator não está previsto no Tratado e não existe uma política de defesa comum, condicionando a ação do MERCOSUL, em razão, como referiu Adriano Moreira, (Moreira, 2013) da afirmação internacional se materializar pelo poder económico e pelo poder militar. No entanto assinala-se a cooperação atingida entre as forças armadas dos Estados-partes, em especial Brasil-Argentina (Almeida, 2009, p.170), contribuindo para ampliar a capacidade de resposta, como exposto no Apêndice II.

### **(4) De ordem social**

Neste aspeto, deve evidenciar-se que o investimento concentra-se em regiões dinâmicas economicamente, em detrimento de zonas periféricas onde existe indigência e segregação social (Azevedo et al., 2012, p.15), com elementos no grupo dos mais ricos do mundo, enquanto parte da população vive na pobreza. Uma desindustrialização e especialização primária da economia, com redução de empregos industriais, agrava a desigualdade pelo aumento do desemprego nas sociedades urbanizadas e demograficamente dinâmicas, onde não existe agricultura, nem extração mineral e faltam serviços para absorver a desqualificada mão-de-obra disponível (Guimarães, 2012a, p.16).

Só a inclusão social, com redução de pobreza e das desigualdades sociais, contribui para reduzir a violência urbana, num continente dos mais desiguais do planeta, “ *o que acrescenta setores da sociedade, até agora ausentes e convertendo-os em atores da construção comunitária na procura de um sentido de pertença, para além da nacional*” (Caballero, 2012, p.113).

Nestes termos, a implantação de objetivos sociais, culturais ou educacionais do MERCOSUL está condicionada por investimentos que só podem resultar do sucesso comercial e económico dos Estados-partes (Almeida, 2009, pp.155-185).

#### **e. MERCOSUL-UE: Competidores ou complementares**

A “*América do Sul e o próprio MERCOSUL vê multiplicar-se os sinais da sua*



*relativa marginalidade em certos cenários do contexto internacional. Veja-se a este respeito indicadores sobre o peso da região em percentagem no comércio mundial, PIB, fluxos financeiros, patentes aprovadas nos últimos 30 anos, volume de investimentos, apesar da capacidade de produção de alimentos agropecuários e da posse de recursos naturais estratégicos (em particular minerais, hídricos e energéticos) ” (Caetano, 2012, p.139), conforme mostramos na Tabela nº 1 e evidenciamos no Apêndice 2.*

**Tabela nº 1 – Comparação do MERCOSUL com UE**

Fonte: (CIA, 2013c e WTO, 2013)

	Área (Km <sup>2</sup> )	População (Milhões)	PIB (Biliões US\$)	PIB per capita (PPP US\$)	Países membros	Exportações 2011 (OMC) (Milhões US\$)
Mercosul	12.789,558	275	3.324	12.599	5	446,057
UE	4.324,782	503	15.480	34.100	27	6.038,595
<b>Países Grandes</b>					<b>Divisões políticas</b>	
Índia	3.287,263	1.205	4.421	3.700	34	304,585
China	9.596,961	1.343	11.300	8.400	33	1.898,381
EUA	9.826,675	313	15.080	48.300	50	1.480,431
Canadá	9.984,670	34	1.395	40.500	13	452,440
Rússia	17.098,242	142	2.383	16.700	87	522,013
Brasil	8.514,877	199	2.294	11.800	27	256,040

Efetivamente, em 2011, segundo a OMC, as exportações mundiais atingiram o montante de 18.255.000 milhões de dólares, cabendo à UE 33% do total e ao MERCOSUL apenas 2,4% (WTO, 2013).

Refira-se ainda que a UE é o primeiro parceiro comercial do MERCOSUL, com 20%, enquanto este é o oitavo, com 3% do comércio total da UE, assistindo-se ao aumento das exportações da UE para o Bloco sul-americano. As principais exportações do MERCOSUL para UE são produtos agrícolas (48%) e, inversamente, a UE exporta produtos manufaturados, em especial maquinaria e material de transporte (49%) e química (21%). A UE também é o maior exportador comercial de serviços para o MERCOSUL e o maior IDE na região (EU, 2013).

Deste modo, perante os indicadores acima apresentados, a UE, como união económica e monetária com moeda única, políticas monetária e comunitárias, e o MERCOSUL sem atingir o objetivo do Mercado Comum, nem organizações ou mecanismos supranacionais (Borges, 2010, p.24), são apenas Blocos complementares (Duarte, 2012) e não competidores (Patrício, 2012).



#### **f. Síntese conclusiva**

A afirmação do MERCOSUL no contexto internacional depende da sua capacidade para atingir os objetivos do TA e aumentar a competitividade dos Estados-partes para enfrentar a globalização económica mundial, uma vez que isolados não se conseguem afirmar, por condicionamentos internos, externos, regionais e multilaterais, e pela materialização do seu poder económico e militar.

Assim, verificaram-se as seguintes condicionantes aos objetivos do MERCOSUL:

- O TA não prevê uma política de defesa e segurança comum, existindo apenas as capacidades militares de cada Estado-parte;
- A característica intergovernamental, decorrente da igualdade decisória e dos desequilíbrios entre Estados-partes impedirem representações proporcionais, tem reflexos:
  - Na reduzida institucionalização, no ordenamento jurídico de cada país, das normas comuns aprovadas;
  - Na dependência da vontade política dos Estados-partes, condicionada pela estabilidade interna de cada país.
- As diversas perfurações da TEC e as medidas protecionistas, que violam os compromissos assumidos;
- A dependência de desenvolvimentos externos como:
  - Processos multilaterais de liberalização comercial ou abertura económica;
  - Negociações com grandes atores, como EUA.
- A existência de assimetrias políticas, económicas, comerciais e sociais e a dificuldade da sua redução, entre países, e no interior dos Estados-partes;
- A falta de uma política externa comum e de influência nos organismos internacionais, demonstrando incapacidade de coordenação dos Estados-partes, por divergências e interesses diferentes, provocando baixa capacidade negocial perante crises e iniciativas de Estados ou Blocos mais poderosos;
- Impossibilidade de consolidar a regionalização e o incremento da interdependência da América do Sul, por não conseguir centrar no MERCOSUL o intercâmbio comercial em detrimento do exterior, reduzindo a atratividade de adesões, mesmo junto dos países associados, bem como a existência de ALC, dos potenciais candidatos à integração, com países exteriores, o que condiciona o fortalecimento do bloco;



- A manutenção do crescimento económico e da competitividade externa para atrair investimentos.

Assim, as condicionantes expressas não permitiram atingir o objetivo do mercado comum, nem sequer união alfandegária e, apesar do potencial económico, são reduzidos os ALC assinados, comparativamente com a UE, com quem arrastam negociações apesar da manifesta complementaridade, após a recusa da proposta da ALCA norte-americana.

Pretendeu-se, neste capítulo, responder a “*Quais as condicionantes que afetam a afirmação do MERCOSUL no contexto internacional?*” o que se considera concretizado, confirmando-se a hipótese de que “*As condicionantes políticas, económicas e sociais têm limitado o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Bloco*”.



*“Fizemos do entorno sul-americano o centro de nossa política externa. O Brasil associa seu destino econômico, político e social ao do continente, ao MERCOSUL e à Comunidade Sul-Americana de Nações”*

Lula da Silva no Congresso Nacional em 2007

## **2. Os interesses do Brasil no âmbito da integração regional**

### **a. A importância do MERCOSUL para o Brasil**

O objetivo estratégico do Brasil é a consolidação político-comercial do MERCOSUL, centrando a integração econômica da América do Sul e utilizando-o como base da estratégia de cooperação (Vigevani et al., 2010, p.52), permitindo projeção internacional e inerente inserção competitiva, através da expansão do espaço econômico e modernização, econômica e tecnológica, das suas empresas. A dimensão econômica, diplomática e política do MERCOSUL, como zona de livre-comércio sul-americana, confere projeção regional e internacional, afirmando o Brasil, como ator no contexto mundial (Almeida, 2009, p.157).

Em paralelo, ao Brasil não interessa instabilidade político-econômica neste espaço regional integrado (Pautasso, 2012, p.15), ou o colapso econômico venezuelano, ou deposições de governos eleitos. Com o MERCOSUL garante crescimento econômico e desenvolvimento regional, constituindo-se o mercado principal dos seus parceiros, beneficiando a infraestrutura física (transporte, comunicação e energia), aprofundando o processo de integração (Vizentini, 2007, p.91) e desenvolvendo o relacionamento com o mundo, através da dimensão da sua economia e democracia, que o tornam dominante no continente, como ator global e estabilizador da região (Almeida, 2007, p.24).

### **b. Afirmar e alargar o Mercosul**

Após a crise Argentina de 2001, a liderança brasileira conferiu prioridade ao desenvolvimento, em alternativa ao comércio, favorecendo a entrada da Venezuela, indicando a integração regional sul-americana e a expansão do MERCOSUL, através da entrada de novos Estados ou a formação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), como objetivos (Saraiva, 2012, p.93).

Porém, o aprofundamento do MERCOSUL e ampliação da integração sul-americana, com Argentina-Venezuela como prioridades, deve proporcionar a manutenção da autonomia do Brasil no contexto da globalização (Vizentini, 2007, p.82), vantagens econômicas e constituição de um dos pólos (Guimarães, 2006 cit. por Vigevani et al., 2010, p.54) do sistema internacional multipolar, procurando o desenvolvimento de



instituições comuns (Medeiros et al., 2009, p.15) e possibilitando cooperação com os países da CAN.

A entrada da Venezuela no MERCOSUL, bem como a suspensão do Paraguai, são considerados, por alguns autores, entre eles Celso Lafer, juridicamente ilegais (Lafer, 2013, p.26) contribuindo para a corrosão da afirmação do Bloco (Diz, 2012, p.5). Porém, apontam-se benefícios no eliminar das carências venezuelanas de produtos de primeira necessidade, alargando o mercado consumidor dos produtos produzidos pelos Estados-partes, permitindo aos produtos industriais brasileiros conquistarem um mercado significativo. Pelo Protocolo de Adesão, Brasil e Argentina, deixaram de cobrar, em 2010, tarifas de importação sobre produtos venezuelanos e posteriormente as exportações entram com tarifa zero na Venezuela, excepto os sensíveis (Engelmann, 2012, p.51).

Estrategicamente, a entrada da Venezuela no Bloco aproxima-a do Brasil e da Argentina, embora esta e os parceiros menores, pela proximidade, capacidade logística ou de produção, continuem a adquirir no Brasil. Para Argentina e Venezuela, o alargamento do MERCOSUL e a ideia de América do Sul confere maior equilíbrio regional (Vigevani et al., 2010, p.60) e o aprofundamento das suas relações compensa a predominância brasileira, com a Venezuela a poder utilizar o petróleo para atenuar a pretensão de liderança brasileira na América do Sul e Central. Porém, o Brasil é o maior parceiro venezuelano e o motor comercial do MERCOSUL, perspetivando-se integração fronteiriça, maior fluxo bilateral de comércio, com empresas brasileiras a investir na Venezuela, proporcionando emprego, infraestruturas, transferência de tecnologia e cooperação petrolífera.

Este ampliar de mercados na América do Sul e inerente aumento do comércio com a Venezuela, fortalece a economia brasileira, pela balança comercial favorável, permitindo uma integração sustentável e convergências de política externa em decisões multilaterais, regionais e mundiais, subordinadas aos princípios de soberania, não intervenção e autodeterminação dos povos, construindo maior grau de autonomia relativamente aos EUA (Arce et al., 2012, pp.77-79).

Estas convergências nas questões internacionais proporcionam ao Brasil desenvolvimento de objetivos comuns, aproveitando a influência da Venezuela, para ampliar à América Central e ao Caribe as relações políticas-económicas e inerente influência da diplomacia brasileira. Por outro lado, a “liderança brasileira” do MERCOSUL, perante conflitos internos na Venezuela, constitui-se num interlocutor



credível, ficando, eventualmente, fragilizada e questionada por envolvimento na polarização interna venezuelana (Almeida, 2007, pp.7-36).

*“Consolida-se, portanto, a consciência de que os destinos do Brasil estão irreversivelmente ligados aos da América do Sul”*

*(Vilalva, 2013)*

### **c. Integração regional da América do Sul**

#### **(1) Liderança brasileira e desenvolvimento**

A diplomacia brasileira destacou a realidade geopolítica (Soares, 2012, p.218) da América do Sul, “substituindo” o histórico e cultural, mas politicamente vago, conceito de América Latina (Almeida, 2007, p.17), que no “*pós-guerra estava internacionalmente isolado, vinculado aos EUA e que só podia avançar em direção a uma grande potência*” (Nicoletti, cit. por Engelmann, 2012, p.4). Aproveitando o espaço concedido pelos EUA, ao conferir prioridade a outras áreas, o Brasil amplia a área de influência para liderar a América do Sul, com iniciativas de cooperação regional e intenções do MERCOSUL explorar alternativas aos padrões de integração comercial (Saraiva, 2012, p.88), sendo reconhecido pela UE como seu interlocutor, líder natural da América do Sul, ator global e voz do mundo em desenvolvimento na ONU e na OMC (Malamud, 2012, p.222).

A América do Sul possui potencialidades naturais, demográficas e económicas para inserção nos intercâmbios globais. Porém, os obstáculos físicos condicionam essa interdependência regional, e a instabilidade política e social e as desigualdades associadas afetam o desenvolvimento (Almeida, 2009, p.175), o que não invalida constituir, para o Brasil, uma prioridade estratégica, conciliada com obrigações e limitações decorrentes do MERCOSUL.

Assim, é natural a afirmação da liderança brasileira na região e o seu papel internacional de potência emergente facilita a complementaridade do MERCOSUL com outras iniciativas regionais de integração (Caetano, 2012, p.148), uma vez que, para a maioria dos países sul-americanos, o Brasil é parceiro decisivo de política externa e de estratégias de inserção internacional, decorrente do próprio interesse brasileiro em afirmar uma estratégia sul-americana.

A dimensão político-institucional da América do Sul, institucionalizada como



UNASUL, traduz a intervenção normal integracionista do Brasil, conjugando geografia com economia industrial competitiva regionalmente, dimensão de mercado, agricultura integrada nos mercados mundiais, permitindo amarrar a integração económica do continente. Deste modo, os atributos físicos e económicos do Brasil proporcionam-lhe liderança regional, através da UNASUL e do MERCOSUL (Gratius, 2012, p.233) e condições para consolidar um espaço económico e político de normalidade democrática, inserido na interdependência global da economia, tecnológica e socialmente desenvolvido, eliminando desigualdades sociais que condicionam a afirmação internacional (Almeida, 2009, p.174).

Para tal, a liderança brasileira nos processos de integração regional da América do Sul, converteu-se num objetivo e prioridade (Saraiva, 2012, p.96), compensando a afirmação da China neste espaço, partindo das necessidades dos parceiros regionais interessados nas capacidades e iniciativa brasileira, e não unilateralmente. Necessita de concretizar acordos económicos e comerciais de integração, com dimensão social e cultural, integrar fisicamente a logística dos sistemas produtivos e intercâmbios financeiros e tecnológicos, assumindo a atuação diplomática e económica, bem como os custos iniciais do investimento necessário (Almeida, 2009, p.183).

Nesta intenção brasileira de exercer liderança e ser o “representante regional”, aumentando a importância diplomática no cenário internacional, o Brasil financia:

- Gasoduto do Sul para unir mercados consumidores e produtores de gás natural;
- Estrada Acre-Pacífico, que atravessará o Peru;
- Obras de empresas brasileiras, em infraestruturas nos países do continente, financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Económico (BNDES) (Seixas, 2011, p.21).

Porém, a liderança brasileira sul-americana não é reconhecida pelos restantes nem assumida pelo Brasil, mas evidencia-se nos mercados, investimentos, obras transfronteiriças de infraestruturas, embora sem protagonismos, que também não seriam permitidos, principalmente pela Argentina, através da diluição do poder de veto nas propostas de resolução, inerente à falta do exigido consenso intergovernamental (Almeida, 2007, p.19).

Deste modo, o Brasil tem muito interesse no desenvolvimento económico regional (Vigevani et al., 2010, p.54), pretendendo associação e cooperação, para reformar o sistema internacional, dos vizinhos sul-americanos, preferencialmente em estabilidade e



em paz. A geopolítica amarra o Brasil à perspectiva de integração sul-americana, convergindo interesses políticos, económicos e de segurança na sua afirmação regional, através da segurança das fronteiras, influência em zonas estratégicas, como Amazónia e Bacia do Prata, proteção de infraestruturas imprescindíveis, corredores que comunicam o Atlântico ao Pacífico, etc. (Caetano, 2012, p.149).

No entanto, para evitar desconfianças, o Brasil obriga-se a afirmar os seus interesses estratégicos identificando-os com o desenvolvimento do continente sul-americano, reconhecendo assimetrias existentes e exercendo, de forma associativa, uma liderança integradora, apenas ao seu alcance. Naturalmente terá que suportar os custos (Saraiva, 2012, p.97), e a responsabilidade de liderar a eliminação dessas assimetrias com vista à inserção competitiva na interdependência global (Caetano, 2012, p.151), pela integração económico-comercial, com consolidação dos vínculos de comércio e investimentos regionais, superando diferenças de competitividade e integrando estruturas industriais que se complementem (Almeida, 2009, p.184). Desenvolver esta identidade regional liderada pelo Brasil, constitui um desafio diplomático, com repercussões internacionais, que tem de ser assumido (Almeida, 2007, pp.7-36), apesar de, até à data, a sua preponderância e os seus recursos estruturais não se traduzirem em liderança efetiva (Malamud, 2012, p. 223).

*“O fortalecimento dos laços regionais fez cristalizar nas sociedades do continente a visão de que, unidos, estaremos mais capacitados para resolver os antigos problemas ao desenvolvimento da região”* (Vilalva, 2013).

### **(2) A afirmação internacional**

A integração física e a liberalização comercial pretendem aumentar a interdependência regional, promovendo a afirmação internacional. Assim é necessária abertura económica, não-recíproca e integração continental, para atingir um espaço integrado económico-comercialmente, que permita inclusão cultural, interação social e financeira, atingindo os objetivos políticos e diplomáticos brasileiros, com coordenação de posições em matéria de política externa e de segurança, sem desafiar os EUA, mas pretendendo o desenvolvimento regional (Almeida, 2009, pp.155-185).

Outro objetivo da diplomacia brasileira seria a América do Sul constituir-se um ator hemisférico do sistema internacional (Almeida, 2009, p.185), conjugando-se com o destaque regional do Brasil, compatível com a sua importância internacional, nos domínios económico-comercial e político-estratégico. Isto justificou a sua candidatura (1989) a um



lugar permanente no CSNU, mas não como candidato regional a cargos em organizações internacionais (Malamud, 2009 cit. por Saraiva, 2012, p.97), conhecedor das dificuldades levantadas pela Argentina (Almeida, 2007, p.5), opondo-se e defendendo a instauração de uma cadeira rotativa entre os países da região (Cepik, 2012. p.16).

### **(3) Autonomia relativamente aos EUA**

O Brasil pretende, através do MERCOSUL e da UNASUL posições autónomas, relativamente aos EUA (Júnior, 2012, p.44), politicamente, na economia internacional e em matéria de segurança, salientando o desenvolvimento económico e a prioridade à integração regional sul-americana, visando uma ordem internacional multipolar. Esta afirmação autónoma do Brasil no mundo, através do multilateralismo, mas não antagónica aos EUA (Vigevani et al., 2010, p.53), confere-lhe maior projeção externa do que pela capacidade militar e financeira (Almeida, 2007, p.11). No entanto, os EUA procuram manter a hegemonia (Mathias et al, 2011, p.229), com acordos bilaterais com países centro-americanos e caribenhos e, na vertente do Pacífico da América do Sul, com Chile, Colômbia e Peru, estando ainda presentes no Equador, Colômbia e, com relações de cooperação e assistência, no Peru e Bolívia, com fundamentação relativa ao combate ao narcotráfico e demais atividades criminosas (Almeida, 2009, p.178).

#### **d. A importância do Atlântico Sul**

A importância deste oceano e o conflito Argentina-Reino Unido (1982), pelas Ilhas Malvinas (Pesce, 2012, p.1), conduziu o Brasil a intensificar a cooperação regional, entendendo que segurança continental incorpora o Atlântico-Sul (AS) e a margem africana, como referem a sua Política de Defesa Nacional (PDN) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). Fortalecendo a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), como uma área livre de armas de destruição massiva (Mathias et al, 2011, p.232), centraliza um círculo concêntrico no AS (Cabral et al., 2012, p.2), através da cooperação do MERCOSUL com a África do Sul e África Austral, perspetivando constituir uma área de crescimento económico pelas complementaridades existentes, ampliando a cooperação Sul-Sul e abrindo rotas para o Índico e Pacífico (Vizentini, 2007, p.84).



Figura nº 2 – Área de influência da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, ZOPACAS.

Fonte: (Defesanet, 2013)

Assim, o extenso litoral e a Amazônia Azul, cuja riqueza de recursos, extensão e posicionamento no AS possuem importância estratégica para o Brasil, alavancam a economia e o desenvolvimento (Malschitzky, 2011, p.13) iniciam o espaço de passagem para a Antártida e Pacífico e conjugam relacionamento comum com África (Gonçalves, 2012, p.34). Conjuntamente, o incremento da produção petrolífera litoral na América do Sul e na África Ocidental aumenta a importância estratégica do AS, reduzindo a dependência do instável Médio-Oriente (Pesce, 2012, p.2).

Porém, a extensa área da Amazônia Azul está exposta a ameaças que proliferam (Malschitzky, 2011, p.26), e que se mostram na Tabela nº 2:



**Tabela nº 2** - Brasil, Amazônia Azul e Atlântico Sul

Possíveis ameaças e vulnerabilidades estratégicas

Fonte: (Obergh, 2010 cit. por Pesce, 2012, p.9)

<b>POSSÍVEIS AMEAÇAS</b>	<b>Terrorismo marítimo</b>	
	<b>Pesca ilegal e predatória</b>	
	<b>Ilícitos transnacionais</b>	Pirataria marítima
		Narcotráfico
		Imigração ilegal
		Tráfico de armas, animais e pessoas
	Contrabando e descaminho	
	<b>Ilícitos nacionais</b>	Roubo armado a navios
Infrações de tráfego marítimo		
<b>Crimes ambientais</b>		
<b>Emergências</b>	Busca e salvamento (SAR)	
	Epidemias e pandemias	
	Catástrofes e crises humanitárias	
<b>Forças navais hostis</b>	Capacidade dissuasória	
	Capacidade de emprego dos meios	
<b>VULNERABILIDADES ESTRATÉGICAS</b>	Instalações críticas e concentrações demográficas ao longo da costa Grande dependência econômica do mar Elevado número de plataformas de extração de petróleo e gás Grandes extensões de mar a serem monitoradas e protegidas Carência de meios suficientes para garantir a capacidade de reação	

Efetivamente, segundo a PDN brasileira, a envolvente estratégica do Brasil abrange a América do Sul, o AS, a África Ocidental e Meridional, a Antártida e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Assim, a fronteira marítima Brasil-África e as vias de acesso ao AS, com o comércio internacional cada vez mais dependente do transporte marítimo, são áreas estratégicas de importância fundamental para o Brasil, uma vez que é pelo AS que passam as rotas que conduzem as exportações brasileiras aos mercados consumidores da Ásia e Extremo Oriente (Pesce, 2012, p.7).

Neste sentido, a END brasileira estabelece a defesa das plataformas petrolíferas, instalações navais e portuárias, arquipélagos e ilhas oceânicas, resposta a ameaças às vias marítimas de comércio para América do Sul, Pacífico, América do Norte e Europa, África Ocidental e Cabo da Boa Esperança (Pesce, 2012, p. 4), bem como controle de acesso marítimo na faixa de Santos a Vitória e foz do rio Amazonas. (END, 2008 cit. por Malschitzky, 2011, p.35)

Neste espaço, o Brasil como potência econômica, como refere Marques Guedes, enfrenta desafios de aproximação aos vizinhos da América do Sul, bem como ampliar o MERCOSUL, relacionar-se, principalmente, com África Ocidental e fortalecer a CPLP



(Guedes, 2012, p.11).

#### **e. A segurança e defesa na América do Sul**

A integração, na América do Sul, precisou de ultrapassar a liberalização comercial do MERCOSUL e CAN, visando aumentar a interdependência e o comércio intrarregional, desenvolvendo novos processos de integração/cooperação regional, transitando da convergência comercial para outros acordos (Duarte, 2012a, p.175), apesar da complexidade em administrar o envolvimento em diversos processos regionais de integração, pela dificuldade em negociar regras multilaterais em processos de decisão intergovernamentais (Almeida, 2009, pp.155-185).

#### **(1) A UNASUL**

Para cumprir o desígnio da integração regional, a UNASUL surgiu politicamente, intergovernamental e com baixa institucionalização, garantindo autonomia dos Estados-membros em iniciativas extrarregionais, incluindo projeção internacional (Sigal, 2012, p.194) e, pela ausência de compromissos de integração económica, pode acomodar diferentes iniciativas como o MERCOSUL e CAN (Saraiva, 2012, p.88).

A proposta brasileira de Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)<sup>3</sup>, congregando a América do Sul, evoluiu, do objetivo do MERCOSUL aglutinar os interesses regionais, para o Tratado Constitutivo da UNASUL (Mathias et al, 2011, p.234), que entrou em vigor em 11 de março de 2011, complementando o MERCOSUL nos domínios do diálogo, concertação política, coordenação de projetos de infraestrutura e consultas na área da segurança e defesa (Caballero, 2012, p.114), tornando-se o principal mecanismo multilateral da liderança brasileira (Saraiva, 2012, p.97). Estabelece o consenso, possui cláusula democrática que obriga ao respeito pelo estado de direito e defesa dos direitos humanos, visando a cooperação económica e energética, promovendo o crescimento e desenvolvimento económico para eliminar assimetrias com a complementaridade das economias da América do Sul. Este espaço de articulação cultural, social, económico e político, confere prioridade ao diálogo político, às políticas sociais, educação, energia, infraestruturas e financiamento para criar paz e segurança, alcançar a inclusão social e fortalecer a democracia e independência dos Estados (MRE, 2013b).

Perspetiva-se o reforço da integração sul-americana, desenvolvimento social e humano para erradicar a pobreza e as desigualdades, coordenação na luta contra o terrorismo, corrupção, drogas, tráfico de pessoas, tráfico de armas, crime organizado

---

<sup>3</sup> CASA- Comunidade Sul-americana de Nações foi antecessora da UNASUL (Saraiva, 2012, p.95).



transnacional, desarmamento, não proliferação de armas nucleares e de destruição massiva e intercâmbio de informação e experiências em matéria de defesa (Mathias et al, 2011, pp.236-238), com vista a um sistema de segurança e defesa regional com proibição de ingerência estrangeira e controle de gastos militares.



Figura nº 3 – Mapa da Unasul, com seus 12 países, exceto Guiana Francesa.

Fonte: (Commons, 2012)

A UNASUL foi importante na resolução pacífica (Saraiva, 2012, p.98) de crises e controvérsias, fortalecimento da democracia (MRE,2013b) e garantindo mecanismos de trabalho em diversas áreas (Caballero, 2012, p.114), destacando-se na crise separatista do Pando, na Bolívia, nas divergências Colômbia-Venezuela, crise institucional do Equador (Lopes, 2011, p.27) e nas convergências entre os processos de integração (Macedo, 2012, p.208), contribuindo para a consolidação, estabilidade e desenvolvimento regional, proporcionando sentimentos de segurança Brasil-Argentina (Corrêa, 2012, p.214).

Paralelamente, a UNASUL permite aos países, que optaram por outras vias comerciais, assumirem obrigações de segurança e defesa conjuntamente com o Brasil e uma indústria militar como chave para o desenvolvimento tecnológico (Caetano, 2012,



p.149). Este modelo de inserção pretende equilibrar soberania e desenvolvimento (ISAPE, 2012, p.3), resolvendo os desafios estruturais da América do Sul e inerente inserção internacional, através dos órgãos gestores de integração, como o Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento e Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças.

Assim, o MERCOSUL tem permitido equacionar integração regional em domínios diferentes do comércio, designadamente em entendimentos de segurança e defesa, com visões comuns sobre ameaças regionais e como as enfrentar, materializando um regionalismo alargado, através da UNASUL, com concertação política e integração económica, sem substituir o MERCOSUL e a CAN. Esta integração regional impulsiona convergências entre aqueles blocos comerciais e também com o Chile, ainda sem objetivos de integração em defesa, mas com “ *intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa*”, pretendendo um pensamento comum autónomo da região (Mathias et al., 2011, p.237).

Deste modo, a UNASUL não é alternativa mas complementa o MERCOSUL, pela concertação política, como garante da paz e estabilidade democrática, instrumento de convergência energética e meio ambiente, infraestruturas, integração física, migrações etc., e sem pretensões aduaneiras (Caetano, 2012, pp.149-150).

O processo de integração regional ganha, assim, com os 12 países do continente, a consciência de que constituem uma unidade geográfica, geopolítica e geoeconómica de significativa importância na economia mundial (Vilalva, 2013).

## **(2) O Conselho de Defesa Sul-americano**

O diálogo sobre defesa na UNASUL materializou-se com o CDS, por proposta do Brasil (2008) (Cabral et al., 2012, p.6), o qual, conforme Declaração de Santiago (2009), tem por objetivo reforçar a América do Sul como Zona de Paz e Cooperação, com entendimentos em defesa que permitam o fortalecimento da estabilidade, paz e cooperação (MRE, 2013b) em detrimento de interesses hegemónicos (Mathias et al., 2011, pp.237-238).

O CDS instituiu um fórum permanente de discussão de segurança e defesa regional e medidas de fomento da confiança e segurança (MRE, 2013b), incrementando interações na UNASUL, como elaboração de políticas de defesa conjunta, intercâmbios e exercícios militares conjuntos, participação em operações de paz patrocinadas pela ONU, mediação de crises entre membros da UNASUL, integração da base industrial de defesa,



privilegiando a aquisição de material produzido regionalmente e ação coordenada perante desastres naturais (Cabral et al., 2012, p.6).

Com esta iniciativa o Brasil procura atingir uma estrutura de defesa e segurança sul-americana através da integração regional, que seja alternativa aos EUA, apesar da resistência de alguns países (Chile e Colômbia). Objetiva-se um dispositivo de segurança que incorpore toda a América do Sul, com umas Forças Armadas credíveis que impeçam interferências externas, autonomizando o continente sul-americano das estratégias norte-americanas e contrariando a penetração dos EUA na América do Sul, designadamente na região andina (Júnior, 2012, p.44), mas sem rutura com a segurança hemisférica (Cabral et al. 2012, p.4).

Neste sentido, existem interesses comuns na região, nomeadamente, articulação de um sistema defensivo brasileiro, sem afrontar a soberania nacional nem incorporar alianças subordinadas aos EUA, com soluções conjuntas para o crime transnacional, defesa dos recursos naturais e/ou das reservas indígenas, dinamizando a indústria regional de defesa e o desenvolvimento tecnológico (Cabral et al., 2012, p.4-5), considerando que recursos naturais são tentadores a intervenções externas sob diversos pretextos.

O Brasil pretende, assim, exercer um nível de influência que envolve a América do Sul, a África Atlântica, desde Marrocos à África do Sul, Caribe, América Central e AS, o que traduz a inerente necessidade de projetar poder sobre essa área de interesse brasileira, exigindo integração regional, através da UNASUL, capaz de consolidar a área de influência, sem acusações de imperialismo (Cabral et al., 2012, p.12).

Para além da crescente internacionalização dos fluxos de comércio e de capitais de um Brasil global, a UNASUL será a base da inserção multilateral brasileira, nos domínios político, económico, militar e ambiental (Vilalva, 2013).

### **f. O relacionamento com EUA**

Quando os EUA anunciaram a criação do NAFTA, o Brasil reagiu estabelecendo com os países sul-americanos e africanos a ZOPACAS, lançando, em 1993, a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), numa estratégia de círculos concêntricos a partir do MERCOSUL, associando a este as nações sul-americanas com ALC para ampliar a vontade de resistir à atração que o NAFTA exerce. Posteriormente, o Brasil defendeu a convergência e cooperação entre projetos de integração existentes, recusando a possibilidade de acordos bilaterais com os EUA (Vizentini, 2007, p.84) e, perante a estratégia norte-americana materializada na ALCA, reforçou o compromisso brasileiro



com o MERCOSUL (Vigevani et al., 2010, p.55), iniciando negociações com a UE.

A constituição desta ALCA visava o aumento de transações através de uma Zona de Livre Comércio, garantindo uma balança comercial favorável aos EUA, competindo com a UE pelo domínio do mercado sul-americano e reagir à formação de outros Blocos económicos como a UE e a Associação das Nações do Sudeste-Asiático (ASEAN), constituindo-se um dos maiores Blocos comerciais do mundo, superando a UE em PIB e população (Seixas, 2011, p.46).

No entanto, Brasil e MERCOSUL consideraram existirem dificuldades na adaptação das suas economias a essa proposta de ALCA, “*como um prolongamento do NAFTA para neutralizar o MERCOSUL e criar espaço para as empresas americanas exercerem atividade sem concorrência*” (Pinto, 2008, p.121), interessando-lhes um processo de integração gradual, concretizando negociações sobre tarifas alfandegárias e efeitos dos subsídios aos produtos agrícolas norte-americanos, antes da permissão de acesso ao mercado do MERCOSUL, e, naturalmente, sem extinção deste (Seixas, 2011, p.47).

Compreensivelmente, os resultados económicos do MERCOSUL, a colaboração com congéneres e a competição económico-tecnológica entre Blocos e países poderosos provocam divergências com os EUA (Vizentini, 2007, p.85).

Porém, nos domínios da defesa e segurança, perante a ausência de políticas comuns e com distintos entendimentos nacionais, o MERCOSUL é influenciado pela relação com os EUA. Com a integração económica regional e inserção do MERCOSUL no sistema internacional com relativa autonomia face aos EUA, estes procuram continuar a sua hegemonia sem ALCA favorecendo acordos bilaterais com os países da América do Sul, mas as iniciativas de integração, especialmente o MERCOSUL, não alteraram a subordinação estratégica da defesa ao poder hegemónico dos EUA (Mathias et al, 2011, pp.229-230).

Naturalmente, a liderança brasileira procura estabilidade e o desenvolvimento económico dos vizinhos, evitando conjunturas de instabilidade e ingerência dos EUA, enquanto estes consideram o Brasil como potencial força moderadora regional, permitindo, apesar de visões divergentes sobre as relações hemisféricas e globais, entendimentos em energia, educação, defesa, etc. (Vigevani, 2011 cit. por Júnior, 2012, p.44).



*“Nosso norte é o sul”*

Lema do MERCOSUL

### **g. Relações com África e Sul-Sul**

A proposta brasileira de uma coligação a Sul, visando alterar relações de força no mundo, equilibrando-as (Pautasso, 2012, p.13) e viabilizar uma nova *“geografia comercial”*, através do intercâmbio Sul-Sul, substituindo a suposta *“dependência”* do comércio *“desigual”* com o Norte, foi entendida como via para alcançar um lugar permanente no CSNU e concretizar, na América do Sul, *“os seus interesses económicos, apresentados como a expressão de uma ordem multilateral contemplando o interesse de todos”* (Almeida, 2007, p.8), numa perspectiva do Brasil alargar o seu espaço aos países sul-americanos e africanos (Saraiva, 2012, p.99).

Efetivamente, a integração do Brasil na CPLP e no fórum IBAS, com África do Sul e Índia, aumenta o peso e visibilidade internacional, afirmando-o no contexto de cooperação Sul-Sul, com países da África Ocidental e Austral, através do reforço da vertente política, económica e comercial e no relacionamento com UE. Em paralelo, a dinamização de Cimeiras América Latina-África, procura estreitar relações político-económicas, conquistar novos mercados e apoio para um lugar de membro permanente do CSNU (Gonçalves, 2012, p.38).

Simultaneamente, o Brasil está focado na Ásia em detrimento da UE e dos EUA, com a China como principal mercado de exportação e inevitáveis dependências, refletindo um novo modelo de inserção internacional baseado na construção de alianças de poder com a Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) e posicionamentos, na ONU e OMC, próximos desses países emergentes (Gratius, 2012, p.232).

### **h. Síntese conclusiva**

Ao longo do capítulo verificámos que, para o Brasil, *“o MERCOSUL e América do Sul não são opção, são destino”*, e que o interesse brasileiro no MERCOSUL é a sua consolidação político-comercial, proporcionando projeção mundial, alargamento do seu espaço económico, modernização empresarial e estabilidade regional, conferindo crescimento económico e desenvolvimento. Interessa também ao Brasil liderar o alargamento do Bloco à restante América do Sul, fortalecendo a economia brasileira. Potenciando os benefícios económicos do crescimento e desenvolvimento, e propiciando o interesse de convergências, autónomas à hegemonia dos EUA, enquanto permite integração a vários níveis e inserção competitiva na interdependência global da economia,



elimina desigualdades que afetam a afirmação internacional.

A América do Sul, suportada pela integração física e liberalização comercial, bem como por um Brasil liderante, na sua qualidade de ator global, pode constituir um polo do sistema multipolar, com capacidade credível de estabilização da região, sem recurso a interferências externas, tornando a sua voz mais audível e fornecendo, ao seu “representante brasileiro”, o peso e o capital de confiança que lhe confere influência internacional.

O Brasil pretende assumir o controlo e a segurança do AS, incluindo a sua Amazónia Azul, estreitando relações com a margem africana, conquistando mercados, abrindo rotas com o Índico e Pacífico e aumentar a cooperação com o Sul para “compensar” a hegemonia comercial do Norte.

Através de um instrumento de integração regional da América do Sul, como a UNASUL, complementar ao MERCOSUL, nos domínios do diálogo, concertação política, coordenação de projetos de infraestruturas e de segurança e defesa, o Brasil pretende uma estrutura de defesa e segurança sul-americana alternativa, mas sem confronto, aos EUA, que permita projetar poder, pacificar a região e deter influência internacional.

Pelo acima exposto e perante o que foi desenvolvido neste capítulo, respondeu-se à QD de “*Quais os interesses do Brasil no âmbito da integração regional sul-americana?*” e confirmaram-se as Hipóteses, “ *A integração regional, através do alargamento do MERCOSUL, com liderança do Brasil, permite o crescimento e desenvolvimento*” e “*Uma integração/cooperação regional capaz de solucionar crises, confere, ao Brasil, dimensão política, envolvimento nas questões de segurança e defesa e influência internacional*”.



### 3. Influência económica e política dos Acordos com UE

#### a. O Acordo Inter-regional

A UE possui 29 ALC em vigor, oito com negociações concluídas, mas que ainda não entraram em vigor e dez negociações em curso, incluindo a do MERCOSUL (CE, 2012). Assim, a crise económica, com queda do crescimento e aumento do desemprego, não impediu negociações comerciais com mercados de grande consumo, como EUA, Índia, Canadá, Vietnã, Coreia, etc. (Barbosa, 2012).

*“Apesar das considerações positivas ainda é comparativamente pequena a participação do MERCOSUL no comércio mundial relativamente com a da União Europeia e do NAFTA”* (Borges, 2010, p.40).

Registe-se que a UE foi o primeiro ator global a conferir apoio ao MERCOSUL, manifestando confiança nesta integração regional sul-americana, através do Acordo de Cooperação Inter-regional, de 29 de março de 1992 (Leite, 2008, p.66), visando incrementar o comércio, aproximação política e uma estratégia global de equilíbrio com os restantes Blocos da globalização.

A UE distingue a América do Sul de outras regiões em desenvolvimento, decorrente do potencial, de ambos os lados do Atlântico, conferido pelos vínculos históricos, sociais, culturais e políticos. Após vários acordos, a partir de 1994, as relações entre UE e América Latina desenvolvem-se subordinadas à ideia de *associação*, para fortalecer o relacionamento, por reciprocidade e interesses comuns, através do diálogo e cooperação política no âmbito dos processos de integração regional (Diz et al., 2011, pp.104-109).

Assim, em 1995, UE-MERCOSUL assinaram um Acordo-quadro Inter-regional de Cooperação Comercial e Económica, visando diálogo político, cooperação, comércio e investimentos (Pinto, 2008, p.120), abrindo, em 2000, as negociações para um Acordo de Associação Inter-regional com três pilares: político, cooperação e zona de livre comércio (Borges, 2010, p.43). Suspensas em 2004, as negociações patenteavam divergências, fundamentalmente, no âmbito comercial, o que não invalidou a assinatura, em 2008, de um acordo para ampliar relações à ciência e tecnologia, infraestruturas e energias renováveis, permitindo que as exportações para a UE tenham maior valor acrescentado do que para a China (Gratius, 2012, p.235). As negociações comerciais foram reatadas em 2010, pretendendo-se o estabelecimento de acordos de cooperação e associação (Diz et al., 2011, p.115), reforçando-se a cooperação económica com vista à liberalização comercial (Seixas,



2011, p.50), através de:

### **(1) Diálogo político e fortalecimento jurídico-institucional**

Esta vertente da negociação, quase finalizada, visa aproximar posições em instâncias multilaterais, consolidando uma aliança estratégica, entre as regiões, nos domínios da paz e estabilidade, prevenção de conflitos, fortalecimento institucional, da confiança, promoção dos direitos humanos, democracia e Estado de Direito, desenvolvimento sustentável e luta contra tráfico de droga e terrorismo (Diz et al., 2011, p.116). Considera-se que o diálogo político permite entendimentos na luta contra a pobreza, desigualdade e fome, favorecendo o desenvolvimento social e económico, prevenção climática, promoção de fontes sustentáveis e renováveis de energia (Jimenez, 2009 cit. por Diz et al., 2011, p.116).

### **(2) Preparação para a área de livre comércio**

A UE é o principal parceiro comercial (EU, 2013), não se baseando na reciprocidade, como mostra o método genérico de preferências que visa ajudar países em desenvolvimento (Borges, 2010, p.50), reconhecendo-se as assimetrias existentes entre o poder económico europeu e o desenvolvimento dos países do MERCOSUL (Diz et al., 2011, p.117), mantendo-se negociações para uma zona de livre comércio, apesar das divergências comerciais nos domínios agrícola e industrial (EU, 2013). Procura-se atingir um acordo respeitador das regras da OMC, liberalização progressiva e recíproca dos intercâmbios de bens e serviços, garantir estabilidade nos fluxos de IDE, abertura das compras públicas, proteção da propriedade intelectual, cooperação no âmbito da concorrência e um sistema eficaz de solução de controvérsias. Incluirá ainda medidas para facilitar o comércio no âmbito sanitário e fitossanitário, aduaneiro, de comércio eletrónico e de normas técnicas e padrões (Diz et al., 2011, p.117).

### **(3) Cooperação para a integração e promoção da aliança bi-regional**

Este acordo com a UE envolve cooperação técnica e institucional, com vista à promoção do desenvolvimento económico sustentável, estabilidade macroeconómica, perspetivando redução da pobreza, consolidar a democracia e eficaz gestão governamental. A cooperação da UE pretende o fortalecimento dos elementos vinculados à integração sub-regional, com objetivo de melhorar e consolidar, pela ajuda económica, financeira e técnica, a qualidade da cooperação existente entre as regiões. Existem, inclusivamente, programas europeus que podem permitir a adoção de medidas destinadas à cooperação com os países do MERCOSUL, nos domínios do combate à pobreza, ao fomento da



igualdade social e de género, à inclusão digital e à educação (Diz et al., 2011, p.120).

A UE presta assistência através do Programa Regional 2007-2013, no âmbito da Estratégia Regional para o MERCOSUL (EU, 2012), com três prioridades de distribuição de recursos europeus:

- Fortalecimento institucional para melhorar a eficiência e eficácia das instituições do MERCOSUL;
- Apoio à consolidação do MERCOSUL e implementação do Acordo de Associação, principalmente no domínio comercial, económico e efetivação da união aduaneira;
- Fomentar a participação da sociedade civil do MERCOSUL no processo de integração.

Após a revisão intercalar, no Programa Indicativo Regional (PIR) para o período 2011-2013, foi conferida prioridade ao apoio do desenvolvimento de biotecnologias no MERCOSUL, substituindo o apoio anteriormente previsto para o fortalecimento das instituições, e em segunda prioridade o aprofundamento do MERCOSUL e implementação do futuro Acordo de Associação (EU, 2012).

### **b. Cooperação económica e política**

A UE constitui uma excelente oportunidade para a inserção internacional do MERCOSUL, com base nos acordos em perspectiva, apesar da UE possuir interesses noutras regiões e da complementaridade de Blocos ser dificultada por discrepâncias relativamente ao comércio de produtos agrícolas e industriais (Seixas, 2011, p.50). No entanto, apesar de constituir uma via importante para o MERCOSUL consolidar a sua afirmação e inserção no contexto internacional, ainda não existem resultados práticos, apesar do interesse da UE em estreitar relações com MERCOSUL para ganhar vantagem na competição com NAFTA e Ásia (Engelmann, 2012, p.16).

Além das vantagens económicas, decorrentes de atrair IDE em condições favoráveis, o Acordo UE-MERCOSUL confere oportunidade para crescer na cadeia de valor, acesso comercial, estável e livre, a um mercado único de 500 milhões de consumidores (Gucht, 2012, p.4) com grande poder aquisitivo, diminuindo a interferência dos EUA na região do MERCOSUL (Borges, 2010, p.38) e equilibrando o relacionamento com a China. Paralelamente, o MERCOSUL obtém credibilidade, indução de reformas modernizadoras pelo estímulo à competição e aprendizagem organizacional, e dividendos políticos (Predebon et al., 2004, p.5), decorrente da ligação a um Bloco comercial e



politicamente poderoso, ao nível dos EUA no cenário internacional.

Assim, um ALC com a UE, para além dos contributos de ajuda externa, proporciona ao MERCOSUL maior variação positiva do PIB comparativamente a outras associações, aliando vantagens económicas à ajuda política no sentido de uma identidade de afirmação internacional (Borges, 2010, p.84).

Saliente-se que o estabelecimento, na região, de uma zona de livre comércio com a UE transformaria o MERCOSUL num vigoroso Bloco económico, funcionando como um suporte à sua continuidade e fortalecimento (Pinto, 2008, p.127), atraindo a restante América do Sul, reforçando a sua influência política, o seu prestígio e inerente afirmação de *player* internacional. Com a UNASUL, esta associação colocaria o MERCOSUL numa posição privilegiada na ordem continental, atribuindo-lhe maior poder negocial (Seixas, 2011, p.51).

Não existem dúvidas que uma área de livre comércio UE-MERCOSUL será vantajosa empresarial e economicamente, permitindo o desenvolvimento da América do Sul (Patrício, 2009, p.75), estreitando relações político-diplomáticas, económico-financeiras e na cooperação, partilhando interesses comuns, decorrentes do MERCOSUL constituir uma zona socialmente importante para a Europa. Para a UE, que investiu pesadamente nos países do MERCOSUL (Predebon et al., 2004, p.4), acrescenta-se um mercado de 245 milhões de consumidores. Para o MERCOSUL, existe a possibilidade de participar num dinâmico e promissor mercado, aliar-se a um parceiro estratégico, com influência nos debates internacionais (Pinto, 2008, p.121) e potencial para fortalecer económica, comercial e politicamente os processos de integração (Diz et al., 2011, p.115). Estas vantagens são proporcionadas pela associação a um Bloco económico europeu de grande representatividade económica e política no cenário geopolítico mundial (Azevedo et al., 2012, p.6), com capacidade de dinamizar a economia global através de alianças, fortes transações comerciais, expressivos fluxos financeiros e empresas tecnologicamente liderantes a nível mundial, nos setores que o MERCOSUL carece (Gucht, 2012, p.4).

Efetivamente, uma parceria com a maior potência comercial do mundo (UE) proporciona modernização regional, inerente qualificação de quadros e afirmação internacional do MERCOSUL, autonomizando-se das políticas regionais dos EUA, garantindo uma voz ativa mundial (Borges, 2010, p.41) e obter proveitos do relacionamento económico e político da UE com outras regiões do mundo.



### **c. Impedimentos e Competitividade**

O relacionamento com a UE foi sempre importante, pela influência cultural, relações comerciais, investimento europeu na América do Sul maior do que a soma do aplicado na China e na Índia (Gucht, 2012, p.4) e programas de cooperação europeus com transferência de tecnologia e conhecimento.

Porém, as taxas de juros elevadas e resultantes aplicações especulativas/lucrativas provocam a valorização das moedas, inerentes alterações cambiais que afetam a competitividade das mercadorias, sem aumento de produtividade. Assim, fica mais barato e atrativo importar bens e serviços do que produzi-los internamente, reduzindo a geração de empregos e as exportações de produtos industriais, concentrando a atividade em produtos agrícolas e extração mineral, onde a competitividade e a oferta suportam os efeitos da valorização da moeda, o que complica as negociações UE-MERCOSUL (Ferracioli, 2012, pp.26-29).

Efetivamente, as negociações UE-MERCOSUL para um acordo comercial ainda não se concluíram pelos diferendos já referidos, mas se existe intenção de inserção econômica mundial, a vulnerabilidade industrial do MERCOSUL tem que ser aceite como parte do desafio de acesso a outros mercados, dinamizando a sua competitividade (Borges, 2010, p.83).

No entanto, devem ser contabilizadas, como perturbadoras, as disputas entre países do MERCOSUL e países da UE, caso Argentina-Reino Unido, relativamente às Ilhas Malvinas, e também as divergências Argentina-Espanha respeitantes à nacionalização da Repsol espanhola (Ferracioli, 2012, p.31). Também a decisão de manter os subsídios agrícolas na UE até 2020, constituindo um dos pontos mais sensíveis das negociações UE-MERCOSUL, bem como a posição do Uruguai de rever a decisão de negociação conjunta dos países do MERCOSUL, podem acrescentar dificuldades adicionais, para além das questões contenciosas pendentes com a UE (Barbosa, 2012).

Perante o anúncio da criação do NAFTA, os países da América Latina reagiram, em especial o Brasil, dinamizando o relacionamento com a Europa Comunitária. Neste sentido, o MERCOSUL, no relacionamento com a UE, conferiu, aos países latino-americanos, benefícios no plano da cooperação regional, abrindo o acesso desses países aos programas tecnológicos comunitários e ao Banco Europeu de Investimentos (BEI). Posteriormente, após a recusa da ALCA, que visa apenas cooperação econômica com acordos país a país, excluindo vertente política (Borges, 2010, p.39), arrefeceu a vontade



de concluir o acordo UE-MERCOSUL, provocando, desde 2004, custos anuais de vários milhões de euros entre as duas regiões (Patrício, 2009, p.73).

Naturalmente que a liberalização gradual das trocas comerciais entre Blocos contextualiza as relações inter-regionais, que podem ser potenciadas pelo ALC, em negociações UE-MERCOSUL, alargando-se ao investimento, à ciência, às telecomunicações e à transferência de tecnologia e conhecimento, que sempre constituiu preocupação da UE (Borges, 2010, p.81) e que são, decisivamente, fundamentais para a necessária inovação que acrescenta mais-valia aos produtos.

Saliente-se que a conclusão das negociações do acordo UE-MERCOSUL é diretamente influenciada pelo fortalecimento do Bloco sul-americano, razão pela qual as relações Brasil-Argentina são decisivas neste processo de integração e nas negociações entre Blocos (Patrício, 2009, p.73).

Para Rubens Barbosa, no difícil contexto político atual, agravado pela nacionalização petrolífera argentina e correspondente reação espanhola, o MERCOSUL para negociar acordos tem que repetir com a UE o que foi feito com Israel e com a CAN, designadamente formalizar um acordo-quadro que inclua normas comerciais, e aprovar, como propõe o Uruguai, a negociação de listas individuais de produtos com regras de origem e salvaguardas rígidas. Os Estados-partes do MERCOSUL, no futuro, podem negociar a convergência da TEC que, presentemente, não é respeitada devido a sucessivas e crescentes exceções, mas não podem permanecer à margem da tendência global de abertura de mercados através de ALC (Barbosa, 2012). Esta ideia é acompanhada, em parte, por Susanne Gratius, que considera ser mais fácil lidar com as diferenças internas do MERCOSUL através de acordos bilaterais com UE, seguindo o exemplo de outros parceiros estratégicos da UE e na linha da parceria estratégica Brasil-UE, que constitui a resposta à paragem das negociações para um ALC UE-MERCOSUL (Gratius, 2012, p.240).

#### **d. Apoio ao desenvolvimento**

O MERCOSUL ainda está longe dos padrões de vida dos países mais desenvolvidos, como mostram os indicadores rendimento *per capita*, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), etc., o que justifica as suas propostas para a economia internacional visarem o desenvolvimento (Ferracioli, 2012, p.20).

Efetivamente, os acordos negociados com UE, bem como a parceria Brasil-UE (2007), que podem ajudar a atingir objetivos globais brasileiros (Gucht, 2012, p.4),



envolvem interesses comuns na promoção do desenvolvimento sustentável, através de negociações na OMC, relações bilaterais de comércio, investimentos, perspectiva comum relativamente aos direitos de propriedade intelectual e coordenação de esforços para reformar a arquitetura financeira mundial. Noutros domínios, apoiam o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) com diálogos bilaterais sobre a cooperação com terceiros países, promovendo o desenvolvimento social e a redução das disparidades regionais, com prioridade para medidas com impacto sobre redução de desigualdades e transferência de conhecimento. Inclusivamente, nesta perspetiva, a UE contempla a promoção da integração regional, ou seja o fortalecimento do MERCOSUL, assim como cooperação na área da ciência, tecnologia, inovação, e intercâmbio cultural e político (Hoffmann, 2012, pp.74-76).

Deve ainda ser salientado que, na ajuda ao desenvolvimento, a UE é a maior doadora mundial e embora, por exemplo, o Brasil já não seja prioridade, mantém-se o apoio, até 2014 (Gratius, 2012, p.234), com a justificação das desigualdades económicas, sociais e regionais internas brasileiras, consideradas como uma ameaça à estabilidade. Naturalmente, que os recursos aplicados pela UE no apoio de projetos que promovem a dimensão sustentável do desenvolvimento não são comparáveis aos dividendos dos fluxos económicos entre parceiros. Porém, registe-se o acordo de cooperação UE-MERCOSUL, em 2009, de 18 milhões de euros destinados ao desenvolvimento sustentável da região no domínio ambiental, através do *Econormas MERCOSUL* (Borges, 2010, p.44).

Por outro lado, a UE apoia o fortalecimento da ONU, através de parcerias mundiais para o desenvolvimento, exercendo um peso considerável, principalmente por ser um grande parceiro económico que define os ODM como política de ajuda ao desenvolvimento, visando, principalmente, erradicar a pobreza.

As assimetrias no sistema internacional dificultam parcerias, mas a cooperação para o desenvolvimento contribui para a redução dessas desigualdades, viabilizando parcerias UE-MERCOSUL usufrutuárias do apoio europeu nas negociações internacionais (Hoffmann, 2012, pp.79-81).

Assim, a UE é um parceiro importante na promoção de um sistema internacional multipolar e do multilateralismo como um princípio da política internacional, contribuindo para a consolidação política do MERCOSUL e para a sua dinamização económica (Borges, 2010, p.109).

Como já foi referido, o Brasil, à semelhança dos outros BRICS, assinou uma



parceria estratégica com a UE, em simultâneo com as negociações políticas UE-MERCOSUL para a formação de uma associação inter-regional entre Blocos, excluindo questões comerciais mas danificando a integração perante os vizinhos excluídos (Malamud, 2012, p.222), desconsiderando o MERCOSUL e colocando em causa a liderança regional brasileira (Patrício, 2009, p.65). Isto não é estranho, considerando o papel que o Brasil desempenha na América do Sul, na procura de afirmação internacional e aos interesses da UE nesta parte do mundo. Naturalmente, que a estratégia Sul-Sul, aproximação brasileira da Ásia e, principalmente, o arrastar das negociações UE-MERCOSUL que reduzem o peso europeu, levam estes a compensar com a parceria estratégica com Brasil, reconhecendo-o como interlocutor, para ambas as partes (Borges, 2010, p.44), em ascensão regional e internacional, envolvendo-o em cimeiras anuais e inerentes planos de ação (Gratius, 2012, p.232).

### **e. Acordo UE-EUA**

Segundo o jornal “O Globo”, citando o presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), José Botafogo Gonçalves, as negociações UE-EUA, para um ALC, podem relegar as negociações similares UE-MERCOSUL para segundo plano. Indica aquele especialista que um acordo UE-EUA, para fazer frente à China, provoca grande impacto no mundo e em especial no MERCOSUL, que tem “*quase paralisadas*” as suas negociações externas, considerando que o Brasil deve agir rapidamente para “*não continuar ausente nas grandes negociações comerciais*”, alterando a obrigação dos Estados-parte do MERCOSUL discutirem acordos externos conjuntamente. Segundo a mesma fonte, este posicionamento é acompanhado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) na sugestão do Brasil propor ao MERCOSUL alternativas que “*flexibilizem*” a negociação de acordos com outros Blocos e países, para que “*cada membro caminhe segundo seus próprios interesses*”. Neste diapasão também alinha o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (ACEB), José Augusto de Castro, considerando que o MERCOSUL corre o risco de “*ficar isolado do mundo*” com a negociação anunciada UE-EUA. Também, neste sentido, a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), através do coordenador da área internacional, Thiago Masson, considera preocupante a perda de espaço para os EUA nas negociações com a UE, uma vez que o mercado europeu é o principal destino dos produtos agrícolas brasileiros, (EFE, 2013) que seriam afetados na sua competitividade. Paralelamente, o desaparecimento do Sistema Geral de Preferências (SGP) (BID, 2012, p.28), que beneficia cerca de 15% das



exportações brasileiras para a Europa, tornará ainda mais difícil o acesso de produtos manufaturados a este mercado europeu (Barbosa, 2012).

Nestas perspectivas, um acordo EU-EUA, unindo capacidades para equilibrar o potencial chinês, deixa o MERCOSUL, se não se antecipar no acordo com a UE, isolado ou associável à China “predadora” de *commodities* e, certamente, esmagadora na oferta de produtos industriais, inclusivamente como maior competidora internacional, em textil e electrónica, do Brasil (Gratius, 2012, p.238).

Um acordo UE-MERCOSUL estimula o aumento comercial, envolvendo 32 países, um mercado consumidor de 800 milhões de pessoas e um PIB nominal de US\$ 20 biliões, tendencialmente favorável ao MERCOSUL, por aumentar a participação nas importações europeias e travar a perda de importância da UE como destino das exportações (Turra, 2013). As negociações comerciais para este acordo mostram as complementaridades existentes, uma menor ameaça competitiva para a indústria ligeira sul-americana relativamente aos países asiáticos, acesso a bens de investimento que melhoram a competitividade da indústria do MERCOSUL e oportunidade para subir na cadeia de valor, por sinergias, inovação e progresso tecnológico (Machado, 2011, p.7).

Efetivamente, não pode ser esquecida a tendência mundial de integração comercial dos grandes mercados de consumo, verificando-se a Ásia com ALC entre China, Japão e Coreia do Sul, entre ASEAN e EUA, UE-EUA, enquanto o MERCOSUL só assinou acordos comerciais de reduzidíssima importância (Barbosa, 2011, p.2). Assim, perante esta tendência económica mundial, é urgente que o MERCOSUL aumente parcerias, designadamente com a UE, para que bens e serviços sejam distribuídos no vasto mercado mundial (Borges, 2010. p.40).

Assim, “*comparando com os custos de não liberalizar, seria benéfico um ALC UE-MERCOSUL, caso contrário, o Brasil perde o acesso privilegiado dos produtos agrícolas que representam 45% das suas exportações para UE, aumentando a dependência da China*” (Gratius, 2012, p.240).

### **f. Síntese conclusiva**

Os acordos já assinados UE-MERCOSUL não contemplam liberalização comercial, apesar de constituírem a base do ALC, faltando concluir as negociações do acordo de associação inter-regional, com a inerente zona de livre comércio materializando os benefícios que o aprofundar de relações proporcionam.

Esses benefícios são económicos, pela abertura do imenso mercado da UE,



proporcionando modernização, acesso à ciência e transferência de tecnologia, IDE, programas de cooperação europeus, transformando o MERCOSUL num vigoroso Bloco económico, atrativo para a restante América do Sul, proporcionando relacionamento económico-financeiro privilegiado através da aliança com um Bloco de grande peso e representatividade económica, o que permitirá garantir desenvolvimento económico e competitividade, reduzindo dependências da China.

No domínio político, um acordo desta natureza com a UE, significa aumento de credibilidade, inerente a uma aliança com um dos Blocos mais poderosos politicamente, no contexto internacional, com verdadeira influência nas negociações e comunhão de interesses na promoção do desenvolvimento sustentável, estabilidade macroeconómica, consolidação da democracia, redução da pobreza e desigualdades sociais, bem como na promoção de um sistema internacional multipolar e do multilateralismo.

Nestes termos, um ALC com UE implica dinamização do relacionamento e cooperação económica e política, usufruindo o MERCOSUL do desenvolvimento económico e da influência política associada, que conduz à inserção competitiva na economia global e à afirmação internacional. Enquanto tal não acontecer, o MERCOSUL apenas se afirma regionalmente, não se sabe até quando, continuando dependente das características intergovernamentais internas e observando os seus mercados e espaços comerciais, exteriores ao Bloco, a serem ocupados por outros. A manter-se o atual cenário, cresce o isolamento do MERCOSUL perante os “apetites” da China, permitindo interferências dos EUA, ficando prisioneiro da encruzilhada decisória de se associar a projetos distintos, designadamente UE ou ALCA ou, ainda, dissolvido em acordos bilaterais com o gigante norte-americano. Esta escolha coincide com o fortalecimento do MERCOSUL ou, no limite, com a sua extinção

Pelo acima exposto, respondeu-se à QD de *“Qual a implicação dos Acordos com a UE na afirmação do Mercosul?”* e confirmou-se a hipótese de que *“Os Acordos com UE dinamizam a cooperação económica e política, contribuindo para a competitividade e afirmação internacional do Mercosul”*.



## Conclusões

Conduzimos a presente investigação recorrendo ao método hipotético-dedutivo, visando a concretização do objetivo geral que relembramos: **verificar como o MERCOSUL, na atual conjuntura internacional, impulsionado pelo Brasil, se afirma como um Bloco competidor da UE.**

Na sequência da metodologia de investigação foi verificado, no primeiro capítulo, que a afirmação do MERCOSUL no contexto internacional depende da capacidade para atingir os seus objetivos, aumentar a competitividade dos Estados-partes para enfrentar a globalização económica mundial e materializar o seu poder militar e económico.

Porém, o MERCOSUL não possui política externa e de segurança comum, estando condicionado por decisões intergovernamentais, garantindo a autonomia prevista constitucionalmente, mas sem possibilidade, em alguns países, de transferir soberania para órgãos supranacionais. Assim, não institucionaliza, no ordenamento jurídico de cada país, as decisões comuns adotadas, ficando dependente da vontade política dos Estados-partes em as cumprirem, naturalmente condicionados pela situação interna de cada um.

Paralelamente verificam-se condicionantes políticas, económicas e sociais, que não permitiram atingir o objetivo do mercado comum previsto no TA, nem sequer a união aduaneira, que continua imperfeita perante o número de exceções à TEC, protecionismos e salvaguardas que violam compromissos assumidos, fragilizando o Bloco e sujeitando-o a pressões externas no sentido dos Estados-partes assinarem ALC com parceiros exteriores ao MERCOSUL, colocando-o em causa.

Mas os objetivos e a afirmação internacional do Mercosul ainda ficam condicionados e dependentes do desenvolvimento de processos multilaterais de liberalização comercial e perante processos negociais internacionais envolvendo grandes atores com representatividade mundial como EUA, UE, etc.. Neste patamar, é notória a falta de uma política externa comum e de influência nos organismos internacionais, demonstrando incapacidade de coordenação dos Estados-partes, por interesses diferentes, e reduzida capacidade negocial perante crises e iniciativas de Estados ou Blocos mais poderosos.

Por outro lado, a existência de assimetrias políticas, económicas, comerciais e sociais, entre países, e no interior dos Estados-partes, contribuem para as desigualdades competitivas, protecionismos, divergências, afastamento dos grandes fluxos internacionais



de comércio e inerente dificuldade de inserção na economia mundial por falta de inovação tecnológica, modernização empresarial e de produto.

Simultaneamente, existem dificuldades no necessário alargamento e consolidação do MERCOSUL, incrementando a regionalização e a interdependência da América do Sul, acontecendo exatamente o contrário, ou seja grandes intercâmbios comerciais dos restantes países regionais, mesmo os associados, com países e Blocos exteriores, o que, naturalmente, condiciona o fortalecimento deste Bloco económico no atingir dos seus objetivos, bem como na afirmação e inserção internacionais.

Estas condicionantes, afetaram a continuidade do crescimento económico e a competitividade externa para atrair investimentos e não permitiram a conquista de mercados externos, pois apenas materializaram ALC em mercados residuais externos ao continente e em alguns países regionais, bem como inacabadas negociações com a UE decorrentes de óbvias complementaridades e recusa da proposta da ALCA norte-americana. Contrariamente, a UE, com quem se esperaria poderem competir, possui uma cota no comércio mundial, de longe, superior à do MERCOSUL, naturalmente incluindo os grandes mercados consumidores para onde exporta produtos de alto valor acrescentado, acompanhando a tendência mundial de liberalização comercial.

Assim confirmou-se que ***“As condicionantes políticas, económicas e sociais têm limitado o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Bloco”***.

No segundo capítulo, com o Brasil a impulsionar os processos de integração regional, designadamente o MERCOSUL, verificou-se que os interesses brasileiros passam pela consolidação político-comercial deste Bloco, conferindo projeção, alargamento do espaço económico brasileiro, modernização empresarial e estabilidade regional, proporcionando crescimento económico regional e desenvolvimento.

Na sua qualidade de potência emergente mundial, logo dominante regionalmente, eventualmente hegemónica, o Brasil exerce, de forma não assumida nem consentida, uma liderança visando alargar o Bloco à restante América do Sul. A acontecer, fortalece a economia brasileira, potenciando os benefícios económicos inerentes ao crescimento e desenvolvimento, bem como o interesse de convergências autónomas à hegemonia dos EUA, enquanto permite integração a vários níveis e inserção competitiva na interdependência global da economia, eliminando desigualdades que afetam a afirmação internacional.

A América do Sul alavancada pela integração física e liberalização comercial e com



um Brasil liderante, na sua qualidade de ator global, pode constituir um polo do sistema multipolar, com capacidade credível de estabilização da região, sem recurso a interferências externas, fortalecendo a voz do seu “grande representante” brasileiro, proporcionando-lhe decisiva representatividade e influência internacional.

O Brasil pretende assumir o controlo e a segurança do AS, incluindo da sua Amazónia Azul, estreitando relações com a margem africana, conquistando mercados, abrindo rotas e aumentando a cooperação com o Sul, dispensando outros atores globais de preocupações de segurança e controlo desta estratégica área oceânica. Pretende esse desígnio através da integração regional da América do Sul, com a UNASUL, complementar ao MERCOSUL nos domínios do diálogo, concertação política e coordenação de projetos de infraestrutura e de defesa e segurança sul-americana. Neste aspeto de defesa e segurança, pretende constituir uma alternativa, mas sem confronto, aos EUA, que permita projetar poder, pacificar a região e deter influência internacional. Naturalmente que maior integração regional proporciona ao Brasil mais liderança que, conjuntamente com coligações Sul-Sul e alianças com países emergentes, constitui o caminho para atingir os seus interesses de afirmação global e assento nas organizações internacionais.

Verifica-se, assim, que o MERCOSUL, apesar de garantir um clima de confiança Brasil-Argentina e assegurar desenvolvimento, estabilidade regional e constituir a base integradora da América do Sul, já é insuficiente para garantir as ambições brasileiras, sendo necessário uma UNASUL para conferir ao Brasil verdadeira influência internacional.

Nestes termos, confirma-se que “ *A integração regional, através do alargamento do MERCOSUL, com liderança do Brasil, permite crescimento e desenvolvimento*” e “*Uma integração/cooperação regional capaz de solucionar crises, confere, ao Brasil, dimensão política, envolvimento nas questões de segurança e defesa e influência internacional*”

No terceiro capítulo, verificou-se que a cooperação económica e política com a UE constitui uma excelente oportunidade para o MERCOSUL se afirmar internacionalmente, inserindo-se nos grandes fluxos de comércio, faltando apenas concluir as negociações de associação inter-regional para ALC UE-MERCOSUL materializando os benefícios que o aprofundar de relações proporcionam.

Um acordo desta natureza acarreta benefícios económicos para o MERCOSUL, do



qual o Brasil está prisioneiro, com a abertura do imenso e sofisticado mercado da UE, propiciando acesso à ciência e transferência de tecnologia, IDE em condições favoráveis, programas de cooperação europeus, etc. Com as negociações concluídas, o MERCOSUL transforma-se num enérgico Bloco atraindo toda a América do Sul, afirmando-se internacionalmente através do relacionamento económico-financeiro com um Bloco de grande representatividade económica, o que permitirá garantir o desenvolvimento económico e a competitividade, reduzindo dependências da China.

No domínio político, uma aliança com uma UE politicamente poderosa no contexto internacional, com verdadeira influência nas negociações e comunhão de interesses na promoção do desenvolvimento sustentável, estabilidade macroeconómica, consolidação da democracia, redução da pobreza e desigualdades sociais, bem como na promoção de um sistema internacional multipolar e do multilateralismo, significa ganhar credibilidade internacional.

Nestes termos, um ALC com a UE implica dinamização do relacionamento e cooperação económica e política, usufruindo o MERCOSUL do desenvolvimento económico e influência política inerente, que proporciona inserção competitiva na economia global e afirmação internacional. Mantendo-se a atual situação, o MERCOSUL apenas se afirma regionalmente, desconhecendo-se por quanto tempo, continuando dependente das suas características intergovernamentais e observando o seu espaço de comércio exterior ao Bloco a ser ocupado pelos seus concorrentes, ficando cada vez mais isolado frente a uma avassaladora China. Naturalmente que a parceria estratégica Brasil-UE constitui a resposta à paralisação das negociações UE-MERCOSUL que assegurariam o desenvolvimento e a estabilidade da América do Sul.

Assim, confirmou-se que ***“Os Acordos com a UE dinamizam a cooperação económica e política, contribuindo para a competitividade e afirmação internacional do MERCOSUL”***.

Como corolário da nossa investigação, após resposta às QD com confirmação das Hipóteses elencadas, podemos responder à QC que relembramos: ***“De que forma o MERCOSUL, impulsionado pelo Brasil, se afirma como um bloco competidor da UE?”***, salientando que o MERCOSUL não se afirma como competidor da UE, mas apenas como complementar.

A contribuição para o conhecimento que resulta desta investigação encontra-se na conclusão de que, perante as condicionantes económicas, políticas e sociais, sem redução



das inerentes assimetrias e desigualdades, que não permitem atingir os objetivos definidos, nem estabelecer ALC com mercados consumidores significativos, o MERCOSUL não se consegue afirmar internacionalmente. Assim, limita-se a fornecer *commodities* sem acréscimo de valor e arredado dos grandes fluxos de comércio competitivo, como se verifica atualmente, irrelevante no peso e importância, relativamente à UE, no total dos intercâmbios comerciais mundiais. Por seu lado, o Brasil obtém crescimento económico, desenvolvimento, dimensão política e influência internacional através do alargamento e progressiva integração da América do Sul, precisando de recorrer a mecanismos complementares como a UNASUL. Porém, a falta do desafio competitivo de um ALC UE-MERCOSUL salienta que a afirmação do MERCOSUL será apenas regional, não conseguindo implantar-se nesses grandes e sofisticados mercados de consumo, que proporcionam a competitividade necessária para, no longo prazo, conseguir concorrer e competir com a UE e demais Blocos.

Como recomendações sugerimos que só com maiores resultados económicos, decorrentes da inserção na competitiva economia mundial, tornando-se bi-ocênico, alargando-se à restante América do Sul, reduzindo assimetrias, desigualdades e aumentando a sua influência no mundo, o MERCOSUL consegue competir com os países e Blocos mais desenvolvidos e não ser apenas complementar daqueles, com o fornecimento de *commodities*, ficando dependente dos preços destas no mercado internacional ou dos “apetites” da China.

Para se afirmar e competir internacionalmente, tem que atingir os objetivos do Tratado, harmonizar a legislação constitucional dos Estados-partes, cedendo soberania a instituições supranacionais com vista a aprofundar a integração do MERCOSUL, concretizar políticas comuns, garantir livre circulação comercial, mantendo a coesão política e a integração regional, assinando ALC e implementando programas de convergência para reduzir exceções à TEC e protecionismos, caso contrário continuará estagnado como até aqui.

Neste sentido, é fundamental o MERCOSUL assinar o ALC com a UE, para participar nos competitivos fluxos de comércio internacionais e usufruir das vantagens inerentes ao relacionamento com um Bloco poderoso, nos vários domínios, acompanhando a tendência de liberalização comercial que proporciona modernização, estímulo à competição, credibilidade e afirmação internacional.



## Bibliografia

- Accioly, E, 2003. *Mercosul & União Europeia: Estrutura Jurídico-institucional*. 3ª ed. Curitiba-Paraná: Juruá.
- Almeida, PR, 2007. O Brasil como ator regional e como emergente global Estratégias de política externa e impacto na nova ordem internacional. *Cena Internacional*, [Em linha] 9. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1748BrAtorGlobCenaIntern.pdf>, [Consult. 30 Nov. 2012].
- Almeida, PR, 2009. Mercosul e América do Sul na visão estratégica brasileira -Revisão histórica e perspectivas para o futuro. *\*asteriscos-Revista de Estudos Internacionais e da Paz*, [Em linha] 7/8. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1820AsteriskosMercosul.pdf>, [Consult. 30 Nov. 2012].
- Almeida, PR, 2011. O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações. *Espaço da Sophia*, [Em linha] 43. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/258MSulDesenvHist.pdf>, [Consult. 25 Out. 2012].
- Arce, AM et al., 2012. Venezuela e Mercosul. *Revista Conjuntura Austral*, [Em linha] 3. Disponível em: [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CDkQFjAB&url=http%3A%2F%2Fseer.ufrgs.br%2FConjunturaAustral%2Farticle%2Fdownload%2F26393%2F18861&ei=peJaUcHzJo\\_H7Aby7oA4&usg=AFQjCNH2JAXk6d0Z6tscHC3Xp\\_zC2khaJQ&sig2=dh8rXC5gB5iXOLjuUutV2w](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CDkQFjAB&url=http%3A%2F%2Fseer.ufrgs.br%2FConjunturaAustral%2Farticle%2Fdownload%2F26393%2F18861&ei=peJaUcHzJo_H7Aby7oA4&usg=AFQjCNH2JAXk6d0Z6tscHC3Xp_zC2khaJQ&sig2=dh8rXC5gB5iXOLjuUutV2w), [Consult. 25 Out. 2012].
- Arslanian, RP, 2012. O Mercosul, do Tratado de Assunção até hoje. *Fundação Alexandre Gusmão*, [Em linha]. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America\\_do\\_Sul\\_e\\_A\\_Integracao\\_Regional.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America_do_Sul_e_A_Integracao_Regional.pdf), [Consult. 25 Out. 2012].



- Azevedo, FF et al., 2012. A América latina face à política de integração económica regional no mundo subdesenvolvido. *XXI Colóquio Internacional de Geocrítica*, [Em linha]. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/12-F-Azevedo.pdf>, [Consult. 07 Nov. 2012].
- Barbosa, R, 2011. O futuro do Mercosul. *O Estado de S. Paulo*, [Em linha]. Disponível em: [http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2012/maio/12.05.Futuro\\_do\\_mercosul.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2012/maio/12.05.Futuro_do_mercosul.pdf), [Consult. Out. 2012].
- Barbosa, RA, 2012. As Difíceis Negociações entre o Mercosul e a União Europeia. *RubensBarbosa&Associados*, [Em linha]. Disponível em: [www.rbarbosaconsult.com.br/artigo-080512-as-dificeis-negociacoes-entre-o-mercosul-e-a-uniao-europeia.asp](http://www.rbarbosaconsult.com.br/artigo-080512-as-dificeis-negociacoes-entre-o-mercosul-e-a-uniao-europeia.asp), [Consult. 14 Mar.2013].
- Barrento, A. 2010. *Da Estratégia*. Lisboa: Tribuna da História.
- Bastos, LA et al., 2012. Os reflexos das crises internacionais da década de 1990 nas Economias-membro do Mercosul. *Revista NUPEM*, [Em linha] 4. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/revistanupem/documentos/vol4ex6ano2012/artigo9.pdf>, [Consult. 28 Nov. 2012].
- BID, 2012. *MERCOSUL-UE:Nova rodada de negociações e fim do SGP*. [Em linha] Buenos Aires: BID, Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/cartamensual/Cartas/PDF/195/pt/CartaMensual195.pdf>, [Consult. 15 Jan. 2013].
- Borges, CMR, 2010. *Um mundo, um governo: A importância e desafios das relações entre a União Europeia e o Mercosul no cenário das associações inter-regionais*. Tese de Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade Nova de Lisboa.
- Caballero, BHS, 2012. El Paraguay y la Integración Sudamericana. *Fundação Alexandre Gusmão*, [Em linha]. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America\\_do\\_Sul\\_e\\_A\\_Integracao\\_Regional.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America_do_Sul_e_A_Integracao_Regional.pdf), [Consult. 25 Out. 2012].



- Cabral, RP et al., 2012. O Conselho de Defesa Sul Americano. *Anais do XV Encontro de História da ANPUH-RIO*, [Em linha]. Disponível em: [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338326274\\_ARQUIVO\\_ConselhodeDefesaSul-Americano-RicardoPereiraCabral.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338326274_ARQUIVO_ConselhodeDefesaSul-Americano-RicardoPereiraCabral.pdf), [Consult. 25 Out. 2012].
- Caetano, G, 2012. Uruguay y Sudamérica: Mercosur, Unasur y los Desafíos de una Nueva Inserción Internacional. *Fundação Alexandre Gusmão*, [Em linha] Disponível em: [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America\\_do\\_Sul\\_e\\_A\\_Integracao\\_Regional.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America_do_Sul_e_A_Integracao_Regional.pdf), [Consult. 25 Out. 2012].
- CE, 2012. *Acordos de livre comércio da EU-Onde estamos?* [Em linha] Bruxelas: CE. Disponível em: [http://translate.googleusercontent.com/translate\\_c?depth=1&ei=OKBAUZq5OvKh7Aa8\\_YGoBw&hl=pt-PT&prev=/search%3Fq%3Dhttp://eeas.europa.eu/delegations/brazil/projects/overview/index\\_en.htm%2Bmercosul%26hl%3Dpt-PT%26biw%3D1280%26bih%3D683&rurl=translate.google.pt&sl=en&u=http://europa.eu/rapid/press-release\\_MEMO-12-932\\_en.htm%3Flocale%3Den&usg=ALkJrhhioTXXvIOhnYrmhVIdzo7s3eaHw](http://translate.googleusercontent.com/translate_c?depth=1&ei=OKBAUZq5OvKh7Aa8_YGoBw&hl=pt-PT&prev=/search%3Fq%3Dhttp://eeas.europa.eu/delegations/brazil/projects/overview/index_en.htm%2Bmercosul%26hl%3Dpt-PT%26biw%3D1280%26bih%3D683&rurl=translate.google.pt&sl=en&u=http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-12-932_en.htm%3Flocale%3Den&usg=ALkJrhhioTXXvIOhnYrmhVIdzo7s3eaHw), [Consult. 13Mar. 2013].
- Cepik, M et al., 2012. A política de integração regional da Argentina na era Kirchner. *Conjuntura Austral*, [Em linha] 3. Disponível em: <http://www.bing.com/search?q=A+pol%C3%ADtica+de+integra%C3%A7%C3%A3o+regional+da+Argentina+na+era+Kirchner.+Conjuntura+Austral&FORM=IE8SRC>, [Consult. 26 Mar. 2013).
- CIA, 2013. *The World Factbook: Argentina*. [Em linha] Washington: CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ar.html>, [Consult. 29 jan. 2013].
- CIA, 2013a. *The World Factbook: Brasil*. [Em linha] Washington: CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>, [Consult. 29 Jan. 2013].



- CIA, 2013b. *The World Factbook: Gini Index*. [Em linha] Washington: CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2172rank.html>, [Consult.20 Fev. 2013].
- CIA, 2013c. *The World Factbook*. [Em linha] Washington: CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/pk.html>, [Consult. 20 Fev. 2013].
- Commons, AW, 2012. *Mapa da Unasul, com seus 12 países, excepto Guiana Francesa*. [Imagem eletrónica] Disponível em: [http://www.defesabr.com/MD/md\\_unasul.htm](http://www.defesabr.com/MD/md_unasul.htm), [Consult. 11 Abr. 2013].
- Corrêa, LFS, 2012. Comentários – Oportunidades e desafios da integração sul-americana. *Fundação Alexandre Gusmão*, [Em linha]. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America do Sul e A Integracao Regional.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America_do_Sul_e_A_Integracao_Regional.pdf), [Consult. 25 Out. 2012].
- Correia, PP, 2012. Geopolítica e Geoestratégia. In CARRIÇO, A, Coord, 2012. In *Nação e Defesa: Segurança em África*. Lisboa: Instituto Defesa Nacional, nº 131.
- Couto, AC,1988. *Elementos de Estratégia*. Volume I. Lisboa: IAEM.
- Defesanet, 2013. *Área de influência da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, ZOPACAS*. [Imagem eletrónica] Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9322/ZOPACAS---Amorim-propoe-aco-es-para-fortalecer-cooperacao-em-Defesa>, [Consult. 11 Abr. 2013].
- Diz, JBM, 2012. A adesão da Venezuela ao Mercosul e a suspensão do Paraguai: considerações sobre um “pragmatismo” político burlesco. *Pontes*, [Em linha] 8. Disponível em: <http://ictsd.org/downloads/pontes/pontes8-5.pdf>, [Consult.09 Abr.2013].
- Diz, JBM et al., 2011. As relações exteriores do Mercosul: análise das negociações com a União Europeia. *Universitas Relações Internacionais*, [Em linha] 9. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/1359/1334>, [Consult. Out. 2012].
- Duarte, AP, 2012. *A afirmação do MERCOSUL como competidor da União Europeia*. Entrevistado por António Cavaleiro. Instituto de Defesa Nacional, 24 Set. 2012, 14:30.



- Duarte, RSG, 2012a. Oportunidades y Desafíos de la Integración Sudamericana: Una Perspectiva Andina. *Fundação Alexandre Gusmão*, [Em linha]. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America\\_do\\_Sul\\_e\\_A\\_Integracao\\_Regional.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America_do_Sul_e_A_Integracao_Regional.pdf), [Consult. 25 Out. 2012].
- EC, 2013. *Trade*. [Em linha] Bruxelas: EU. Disponível em: <http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral-relations/regions/mercosur/>, [Consult. 25 Fev. 2013].
- EFE, A, 2013. Especialistas alertam sobre impacto da negociação UE-EUA no Mercosul. *MSN Notícias*, [Em linha]. Disponível em: <http://noticias.br.msn.com/economia/story.aspx?cp-documentid=256285289>, [Consult. 14 Mar. 2013].
- Engelmann, B, 2007. Mercosul: os desafios constitucionais do processo de integração regional. *Jus Navigandi*, [Em linha] Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/10398/mercosul-os-desafios-constitucionais-do-processo-de-integracao-regional>, [Consult. 7 Nov. 2012].
- EU, 2012. *Mercosul - (Mercado Comum do Sul)*. [Em linha] Bruxelas: EU. Disponível em: [http://translate.googleusercontent.com/translate\\_c?depth=1&ei=OKBAUZq5OvKh7Aa8\\_YGoBw&hl=pt-PT&prev=/search%3Fq%3Dhttp://eeas.europa.eu/delegations/brazil/projects/overview/index\\_en.htm%2Bmercosul%26hl%3Dpt-PT%26biw%3D1280%26bih%3D683&rurl=translate.google.pt&sl=en&u=http://eeas.europa.eu/mercosur/index\\_en.htm&usg=ALkJrhj8D-xZiGsfQaZnKVsCduoavfBXtw](http://translate.googleusercontent.com/translate_c?depth=1&ei=OKBAUZq5OvKh7Aa8_YGoBw&hl=pt-PT&prev=/search%3Fq%3Dhttp://eeas.europa.eu/delegations/brazil/projects/overview/index_en.htm%2Bmercosul%26hl%3Dpt-PT%26biw%3D1280%26bih%3D683&rurl=translate.google.pt&sl=en&u=http://eeas.europa.eu/mercosur/index_en.htm&usg=ALkJrhj8D-xZiGsfQaZnKVsCduoavfBXtw), [Consult. 13Mar. 2013].
- Ferracioli, P, 2012. Brasil e União Europeia: Desafios em comum e oportunidades de cooperação. *Economia, Parlamentos, Desenvolvimento e Migrações*, [Em linha]. Brasil Europa 2. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/7503-1442-5-30.pdf>, [Consult. 25 Out. 2012].
- Giddens, A. 2000. *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença; p.22.
- Gonçalves, JLS, 2012. *O Brasil: As responsabilidades de uma Potência*. Trabalho de Investigação individual do CPOG2011/12. IESM.



- Gratius, S, 2012. Brasil y la UE ante los poderes emergentes y la pujanza asiática. *Revista CIDOB d'afers internacionals*, [Em linha] n°97-98. Disponível em: [http://www.cidob.org/es/publicaciones/articulos/revista\\_cidob\\_d\\_afers\\_internacionals/97\\_98/brasil\\_y\\_la\\_ue\\_ante\\_los\\_poderes\\_emergentes\\_y\\_la\\_pujanza\\_asiatica](http://www.cidob.org/es/publicaciones/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/97_98/brasil_y_la_ue_ante_los_poderes_emergentes_y_la_pujanza_asiatica), [Consult. 26 Mar. 2013].
- Gucht, KD, 2012. Brazil and the European Union: Allies in a Changing World. In: Comissão Europeia, 2012. *Strategic challenges in the EU-Brazil Relationship*. Brussels, 7 de Maio de 2012, [http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2012/may/tradoc\\_149391.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2012/may/tradoc_149391.pdf), Comissão Europeia.
- Guedes, AM, 2012. Da desregulação ao recentramento no Atlântico Sul, e a construção da 'Lusofonia'. *Janus.net*, [Em linha] 3. Disponível em: [http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol3\\_n1/pt/pt\\_vol3\\_n1\\_art\\_1.pdf](http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol3_n1/pt/pt_vol3_n1_art_1.pdf), [Consult. 09 Abr. 2013].
- Guimarães, SP, 2012. A perspectiva brasileira da integração sul-americana. *Fundação Alexandre Gusmão*, [Em linha]. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America\\_do\\_Sul\\_e\\_A\\_Integracao\\_Regional.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America_do_Sul_e_A_Integracao_Regional.pdf), [Consult. 25 Out. 2012].
- Guimarães, SP, 2012a. O futuro do Mercosul. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, [Em linha]. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/artigos/o-futuro-do-mercosul>, [Consult. 25 Out. 2012].
- Hoffmann, AR, 2012. A União Europeia como parceiro para o desenvolvimento. *Brasil Europa: Economia, Parlamentos, Desenvolvimento e Migrações*, [Em linha]. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/7506-1442-5-30.pdf>, [Consult. 05 Nov. 2012].
- IBGE, 2012. *Indicadores*. [Em linha] Porto Alegre: IBGE. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/mapa\\_site/mapa\\_site.php#indicadores](http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#indicadores), [Consult. 05 Fev.2013].
- IISS, 2010. *The Military Balance 2010*. London: Routledge.
- Infopédia, 2013. *Enciclopédia e Dicionários*. [Em linha] Porto: Porto Editora. Disponível em: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/afirma%C3%A7%C3%A3o>, [Consult. 21 Mar. 2013].



- ISAPE, 2012. Perspectivas e Desafios para a Integração Sul-Americana. *Debate*, [Em linha] 1. Porto Alegre 2012. Disponível em: [www.isape.org.br](http://www.isape.org.br), [Consult. 25 Out. 2012].
- Júnior, HR, 2012. Novas dimensões na relação entre os Estados Unidos e a América Latina. *Boletim Meridiano* 47, [Em linha] 13. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/viewFile/7241/5949>, [Consult. 07 Nov. 2012].
- Lafer, C, 2013. Descaminhos do Mercosul – a suspensão da participação do Paraguai e a incorporação da Venezuela: uma avaliação crítica da posição brasileira. *Política Externa*, 3, 19-27.
- Leite, IC, 2008. Mercosul e União Europeia: que paralelo institucional? *Cadernos de Estudos Latino-Americanos*, [Em linha] 4. Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3119/3/63-76.pdf>, [Consult. 25 Out. 2012].
- Lima, RSH, 1999. *Mercosul, Nafta, e Alca*. Curso de aperfeiçoamento. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Lopes, PCC, 2011. *Integração Sul-Americana: situação atual e perspectivas*. Monografia para obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política Estratégia. Escola Superior de Guerra.
- Macedo, P EB, 2012. Comentários – Oportunidades e desafios da integração sul-americana. *Fundação Alexandre Gusmão*, [Em linha]. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America do Sul e A Integracao Regional.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America_do_Sul_e_A_Integracao_Regional.pdf), [Consult. 25 Out. 2012].
- Machado, JA, 2011. Relações Económicas UE-MERCOSUL. In: Casa da América Latina, 2011. *Conferência Internacional sobre as Relações Económicas UE-MERCOSUL Perspetiva Luso-Brasileira*. Casa da América Latina, 14 de Outubro de 2011. Lisboa: Casa da América Latina.
- Maia, CCM et al., O futuro do Mercosul. *Universitas Relações Internacionais*, [Em linha] 9. Disponível em: <http://www.bing.com/search?q=O+futuro+do+Mercosul.+Universidade+Rela%C3%A7%C3%B5es+Internacionais&FORM=IE8SRC>, [Consult. Out. 2012].



- Malamud, A, 2011. Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional. *NorteAmérica*, [Em linha] 2. Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6729/3/ICS\\_AMalamud\\_Conceptos\\_AR.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6729/3/ICS_AMalamud_Conceptos_AR.pdf), [Consult. 09 Abr. 2013].
- Malamud, A, 2012. La Unión Europea, del interregionalismo com América Latina a la asociación estratégica com Brasil. *Revista CIDOB d'afers internacionals*, [Em linha] 97-98. Disponível em: <http://www.bing.com/search?q=La+Uni%C3%B3n+Europea%2C+del+interregionalismo+com+Am%C3%A9rica+Latina+a+la+asociaci%C3%B3n+estrat%C3%A9gica+com+Brasil.+Revista+CIDOB+d%E2%80%99afers+internacionales&FORM=IE8SRC>, [Consult. 25 Mar.2013].
- Malschitzky, ML, 2011. *Amazônia Azul: novas perspectivas para sua vigilância*. Trabalho de Conclusão de Curso Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro.
- Mathias, SK, et al, 2011. Defesa no Mercosul: avanços para a integração. *Tensões Mundiais*, [Em linha]. Disponível em: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=9&sqi=2&ved=0CGMQFjAI&url=http%3A%2F%2Ftensoesmundiais.net%2Findex.php%2Ftm%2Farticle%2Fdownload%2F230%2F290&ei=46bIUOLJG86QhQeHyIHACQ&usg=AFQjCNEWI3iYXYwYVdskIulnHbEM9817mQ&sig2=goeZlIGiLWj8rtE2xtgWpw>, [Consult. 03 Jan. 2012].
- Medeiros, MA, et al., 2009. Bridge over trouble waters: Brasil, Mercosul e União Europeia. *Brasil-União Europeia- América do Sul, Anos 2010-2020*, [Em linha]. Disponível em: [http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_17329-1522-5-30.pdf?110405194410](http://www.kas.de/wf/doc/kas_17329-1522-5-30.pdf?110405194410), [Consult. 18 Out. 2012].
- Miola, Jeferson, 2012. O Mercosul na sua segunda geração. *Carta Maior*, [Em linha]. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/23375/o+mercosul+na+sua+segunda+geracao.shtml>, [Consult. 07 Nov. 2012].
- Moreira, A, 2013. Portugal e a ONU. In: IESM, 2013. *Área de Ensino de Estratégia-Conferência no âmbito do CPOG 2012/13*. IESM, 13 de Janeiro de 2013.



- MPR, 2013. *Ranking do Poder Militar na América do Sul*. [Em linha] MPR. Disponível em: <http://www.militarypower.com.br/index.htm>, [Consult. 29 Jan. 2013].
- MRE, 2013, *Mercosul*. [Em linha] Brasília: MRE/Itamaraty. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/mercosul>, [Consult. 19 Fev. 2013].
- MRE, 2013a, *Balanco Política Externa 2003-2010*. [Em linha] Brasília: MRE/Itamaraty. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/1.1.2-america-do-sul-mercosul/view>, [Consult. 19 Fev. 2013].
- MRE, 2013b, *UNASUL*. [Em linha] Brasília: MRE/Itamaraty. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul>, [Consult. 04 Mar. 2013].
- Nascimento, MAA, 2011. Cronologia analítica das relações externas do MERCOSUL. *Univ. Rel. Int. Brasília*, [Em linha] 9. Disponível em: [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=69&ved=0CGIQFjAIODw&url=http%3A%2F%2Fwww.publicacoesacademicas.uniceub.br%2Findex.php%2Frelacoesinternacionais%2Farticle%2Fdownload%2F1376%2F1336&ei=CMb1UN\\_IOMyXhQebm4G4Dg&usg=AFQjCNGVhsfR0PB4NvnFxOAZc0owWZ8i2A&sig2=7mbi6Gk6Lr--6\\_IQXbG9zg](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=69&ved=0CGIQFjAIODw&url=http%3A%2F%2Fwww.publicacoesacademicas.uniceub.br%2Findex.php%2Frelacoesinternacionais%2Farticle%2Fdownload%2F1376%2F1336&ei=CMb1UN_IOMyXhQebm4G4Dg&usg=AFQjCNGVhsfR0PB4NvnFxOAZc0owWZ8i2A&sig2=7mbi6Gk6Lr--6_IQXbG9zg), [Consult. 15 Jan. 2013].
- Nogueira, G, 2012, *O Brasil nos blocos económicos: História, teoria e mecanismos inter-regionais e multilaterais*. Monografia para título de Especialista em Relações Internacionais. Universidade de Brasília.
- Patrício, RC, 2009. As relações entre a EU e a América Latina- O Mercosul neste enquadramento. *Fundação Konrad Adenauer*. [Em linha] 83. Disponível em: [www.kas.de/brasil](http://www.kas.de/brasil), [Consult. 25 Out. 2012].
- Patrício, RC, 2012. *A afirmação do MERCOSUL como competidor da União Europeia*. Entrevistada por António Cavaleiro. Universidade Autónoma de Lisboa, 16 Out. 2012, 16:00.
- Patriota, AA, 2012. A América do Sul e a Integração Regional. *Fundação Alexandre Gusmão*, [Em linha]. Disponível em: [www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br), [Consult. 25 Out. 2012].



- Pautasso, D, 2012. Reorientação na Diplomacia brasileira e o FOCEM: outra perspectiva sobre a integração regional. *Meridiano 47*, [Em linha] 13. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/5576/5143>, [Consult. 31 Mar. 2013].
- Pereira, ACA, 2012. Comentários – O trajeto até o Mercosul. *Fundação Alexandre Gusmão*, [Em linha]. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America\\_do\\_Sul\\_e\\_A\\_Integracao\\_Regional.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America_do_Sul_e_A_Integracao_Regional.pdf), [Consult. 25 Out. 2012].
- Pesce, EI, 2012, Além da Amazônia Azul: Projeção estratégica do Brasil no Atlântico Sul. *Revista Marítima Brasileira*, [Em linha] 132. Disponível em: [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=48&ved=0CFcQFjAHOCg&url=http%3A%2F%2Fwww.inest.uff.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom\\_phocadownload%26view%3Dcategory%26download%3D22%3A.-p.-.-1-2012.%26id%3D2%26Itemid%3D113&ei=iD74UI3QGIXChAeP-ICACA&usg=AFQjCNGPA4uqrqN7dMicSKuJGtfEMsyMPw&sig2=4YpJb0xCIUkCQyQ8su01eg](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=48&ved=0CFcQFjAHOCg&url=http%3A%2F%2Fwww.inest.uff.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_phocadownload%26view%3Dcategory%26download%3D22%3A.-p.-.-1-2012.%26id%3D2%26Itemid%3D113&ei=iD74UI3QGIXChAeP-ICACA&usg=AFQjCNGPA4uqrqN7dMicSKuJGtfEMsyMPw&sig2=4YpJb0xCIUkCQyQ8su01eg); [Consult. 17 Jan. 2013].
- Pinto, MS, 2008. Os interesses de Portugal no contexto das relações União Europeia-Mercosul. *Cadernos de Estudos Latino-Americanos*, [Em linha] 4. Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/3121>, [Consult. 30 Mar. 2013].
- PNUD, 2012, *Ranking do IDH Global 2011*. [Em linha] Brasília: PNUD. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH\\_global\\_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking2011](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_global_2011.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2011), [Consult. 05 Mar. 2013].
- Predebon, EA et al., 2004. A perspectiva brasileira sobre o Acordo Mercosul-União Europeia: Uma análise das estratégias políticas exequíveis. *3º colóquio do IFBAE*, [Em linha]. Disponível em: <http://www.ifbae.com.br/congresso3/pdf/B109.PDF>, [Consult. 03 Jan. 2012].
- PRFB, 2012, *Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados*. [Em linha] Brasília: PRFB/Secretaria de Comunicação Social. Disponível em: [http://www.brasil.gov.br/navegue\\_por/noticias/textos-de-referencia/cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados](http://www.brasil.gov.br/navegue_por/noticias/textos-de-referencia/cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados), [Consult. 19 Fev. 2013].



- Ribeiro, MF, 2012. O euro e as perspectivas de implantação de uma moeda única no Mercosul. *Universo jurídico*, [em linha]. Disponível em: [http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/775/O EURO E AS PERSPECTIVAS DE IMPLANTACAO DE UMA MOEDA UNICA NO MERCOSUL](http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/775/O_EURO_E_AS_PERSPECTIVAS_DE_IMPLANTACAO_DE_UMA_MOEDA_UNICA_NO_MERCOSUL), [Consult. Out. 2012].
- Saraiva, GO. 2011. Os efeitos da globalização no processo de integração dos blocos económicos: O Mercosul no Sistema Internacional. *Revista Eletrónica Boletim do Tempo*, [Em linha] 8. Disponível em: [http://www.tempopresente.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5607:a-globalizacao-e-a-integracao-regional&catid=35&Itemid=127](http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5607:a-globalizacao-e-a-integracao-regional&catid=35&Itemid=127), [Consult. 28 Nov. 2012].
- Saraiva, MG, 2012. Procesos de integración de América del Sur y el papel de Brasil: los casos del Mercosur y la Unasur. *Revista CIDOB d'afers internacionals*. [em linha] N° 97-98,. Disponível em: [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CDcQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.cidob.org%2Fes%2Fcontent%2Fdownload%2F31854%2F515449%2Ffile%2F87-100\\_MIRIAM%2BGOMES.pdf&ei=gtZIUZW\\_OJLo7Aao-IHgBQ&usq=AFQjCNFt7fNuHy\\_PDyGOZJFv71pwtC9Gvg&sig2=eRz9YZ7pYvIjJArGUEZ6Ug&bvm=bv.45107431,bs.1,d.d2k](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CDcQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.cidob.org%2Fes%2Fcontent%2Fdownload%2F31854%2F515449%2Ffile%2F87-100_MIRIAM%2BGOMES.pdf&ei=gtZIUZW_OJLo7Aao-IHgBQ&usq=AFQjCNFt7fNuHy_PDyGOZJFv71pwtC9Gvg&sig2=eRz9YZ7pYvIjJArGUEZ6Ug&bvm=bv.45107431,bs.1,d.d2k), [Consult. 18 Out. 2012].
- Seixas, CHS, 2011. *A importância da cooperação estratégica no Mercosul frente à nova ordem Mundial*. Monografia do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. ESG.
- SGPR, 2010. *Mercosul Social e Participativo*. Brasília: SGPR.
- Sigal, E, 2012. Perspectiva Argentina: Oportunidades y Desafíos de la Integración Sudamericana. *Fundação Alexandre Gusmão*, [Em linha]. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America do Sul e A Integracao Regional.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America_do_Sul_e_A_Integracao_Regional.pdf), [Consult. 25 Out. 2012].
- Silva, RCA, 2002. Supranacionalidade e integração: o caso Mercosul. *Revista Jusnavigandi*, [Em linha]. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/3985/supranacionalidade-e-integracao#ixzz2E1W4NIz>, [Consult. 28 Nov. 2012].



- Silva, SMC et al., 2012. Breves considerações sobre a harmonização da legislação tributária no Mercosul. *ORBIS: Revista Científica*, [Em linha] 3. Disponível em: <http://www.cesrei.com.br/ojs/index.php/orbis/article/viewFile/178/105>, [Consult. 02 Abr. 2013].
- SM, 2012. *Mercosul*. [Em linha] Montevideu: SM. Disponível em: [http://www.mercosur.int/innovaportal/file/493/1/estructura.noviembre\\_pt.pdf](http://www.mercosur.int/innovaportal/file/493/1/estructura.noviembre_pt.pdf), [Consult. 21 Fev. 2013].
- SM, 2013, *Mercosul*. [Em linha] Montevideu: SM. Disponível em: <http://www.mercosur.int/home.jsp?contentid=10&seccion=1>, [Consult. 19 Fev. 2013].
- Soares, JCB, 2012. A América do Sul e a Integração Regional. *Fundação Alexandre Gusmão*, [Em linha]. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America\\_do\\_Sul\\_e\\_A\\_Integracao\\_Regional.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America_do_Sul_e_A_Integracao_Regional.pdf), [Consult. 25 Out. 2012].
- SPMS, 2007. *Declaração de princípios do Mercosul Social*. [Em linha] Montevideu: SPMS. Disponível em: [http://www.mercosur-social.org/documentos/declaraciones/declaracion\\_de\\_principios\\_PORTU.pdf](http://www.mercosur-social.org/documentos/declaraciones/declaracion_de_principios_PORTU.pdf), [Consult. 21 Fev. 2013].
- Tavares, JG, 2013. *A afirmação do MERCOSUL como competidor da União Europeia*. Entrevistado por António Cavaleiro. Ministério dos Negócios Estrangeiros/Direção Geral dos Assuntos Europeus, 11 Abr. 2013, 15:00.
- Tiberiogeio, 2012. *Mapa com os países do Mercosul*. [Imagem eletrónica] Disponível em: [http://www.tiberiogeio.com.br/paginas.php?pagina=venezuela\\_no\\_mercosul](http://www.tiberiogeio.com.br/paginas.php?pagina=venezuela_no_mercosul), [Consult. 10 Abr. 2013].
- Turra, F, 2013. Por um acordo Brasil-União Europeia. *Avicultura Industrial*, [Em linha]. Disponível em: [http://www.aviculturaindustrial.com.br/noticia/por-um-acordo-brasil-uniao-europeia-por-francisco-turra/20130306111552\\_T\\_749](http://www.aviculturaindustrial.com.br/noticia/por-um-acordo-brasil-uniao-europeia-por-francisco-turra/20130306111552_T_749), [Consult. 14 Mar. 2013].
- Vidigal, CE, 2012. A Integração Sul-Americana como um Projeto Brasileiro: de Uruguaiana às Malvinas. *Fundação Alexandre Gusmão*, [Em linha]. Disponível em: [http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America\\_do\\_Sul\\_e\\_A\\_Integracao\\_Regional.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/America_do_Sul_e_A_Integracao_Regional.pdf), [Consult. 25 Out. 2012].



- Vigevani, T et al., 2010. Autonomia e Integração regional no contexto do Mercosul. Uma análise considerando a posição do Brasil. *OSAL*, [Em linha] XI. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal27/06Vigevani.pdf>, [Consult. 28 Nov. 2012].
- Vilalva, M, 2013. O Brasil e seu entorno geográfico. *Diário Económico*, 15Fev.
- Vizentini, PGF, 2007. O Brasil, o Mercosul e a Integração da América do Sul. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol.1, Nº1*. [Em linha]. Disponível em: <http://www.red.unb.br/index.php/repam/article/viewFile/1489/1114>, [Consult. 28 Nov. 2012].
- WEF, 2012. *The Global Competitiveness Report 2012–2013: Full Data Edition*. [Em linha] Genebra: WEF. Disponível em: [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GlobalCompetitivenessReport\\_2012-13.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2012-13.pdf), [Consult. 25 Fev. 2013].
- WTO, 2013. *International Trade and Market Access Data*. [em linha] Genebra: WTO. Disponível em: [http://www.wto.org/english/res\\_e/statis\\_e/statis\\_bis\\_e.htm?solution=WTO&path=/Dashboards/MAPS&file=Map.wcdf&bookmarkState={%22impl%22:%22client%22,%22params%22:{%22langParam%22:%22en%22}}](http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/statis_bis_e.htm?solution=WTO&path=/Dashboards/MAPS&file=Map.wcdf&bookmarkState={%22impl%22:%22client%22,%22params%22:{%22langParam%22:%22en%22}}), [Consult. 21 Fev. 2013].



## **Apêndice 1- Glossário de Conceitos**

### **Afirmação**

É definida como “ação ou efeito de afirmar” ou “confirmação”, entendendo-se como o ato de “ se impor ou ser aceite pelos outros” ou “confirmado” (Infopédia, 2013).

### **Assimetria**

Considerada como a desproporção entre dois países ou dois Blocos económicos, principalmente no domínio económico.

### **Integração regional**

O conceito de integração regional remete para um processo de transferência de parte das funções que eram desempenhadas pelo Estado, para o âmbito regional. Porém, na América do Sul o fortalecimento do Estado continua a dar-se na perspectiva do seu fortalecimento nacional (Vigevani et al., 2010, p. 48).

### **Globalização**

*“A globalização é o conjunto de transformações na ordem política e económica mundial, tendo como objetivo a busca da integração dos mercados no mundo, sendo estes mercados explorados pelas grandes corporações internacionais. A tendência mundial é a dos Estados derrubarem as suas barreiras tarifárias, visando a proteção da sua produção contra a concorrência dos produtos estrangeiros e voltarem-se para a abertura ao comércio e ao investimento externo. O termo globalização é utilizado de duas maneiras diferentes, sendo aplicado na aceção do abaixamento multilateral dos entraves políticos à livre circulação de bens e serviços e a outra, utilizada mais corretamente, de que a globalização é o crescimento da atividade económica para além das fronteiras políticas, regionais e nacionais, em que empresas, bancos e pessoas singulares se espraiam nas trocas e nos investimentos em busca de lucros e estimulados pela concorrência”* (Medeiros, 1996 cit. por Lima, 1998/99, p.14).

### **Regionalização**

Movimento de dois ou mais Estados visando a sua integração, procurando diminuir os obstáculos intrarregionais quanto à circulação de mercadorias, capitais e pessoas, visando, politicamente, reforçar a posição dos participantes no mundo e procurar tornar mais competitivos os seus espaços económicos, ocorrendo crescimento dos Estados-partes com aumento dos investimentos e das trocas extrarregionais (Medeiros, 1996 cit. por Lima, 1998/99, p.14).

### **Regionalismo aberto**

Carateriza-se pelos esforços dos Estados-partes no incremento dos fluxos comerciais entre si (integração económica) e também com o exterior do Bloco (liberalização comercial) (Nascimento, 2011, p.161).

### **Tarifa Externa Comum**

Tarifa aduaneira aplicada de forma uniforme pelos Estados membros de um bloco económico, incidindo sobre as importações de bens adquiridos no exterior desse bloco económico.

### **Zona de Preferência Tarifária**

Primeira fase para se atingir um bloco comercial, garantindo níveis tarifários preferenciais para um conjunto de países que pertencem a um mesmo mercado (Borges, 2010, p.23).



### **Zona Livre Comércio**

Definida no art. XXIV, § 8º, alínea *b*, do GATT, como “*um grupo de dois ou mais territórios aduaneiros entre os quais se eliminam os direitos de aduana e as demais regulamentações comerciais restritivas [...] com respeito ao essencial dos intercâmbios comerciais dos produtos originários dos territórios constitutivos de dita zona de livre-comércio.*” (Engelmann, 2007) O GATT considera acordo comercial quando uma Zona de Comércio Livre atingir oitenta por cento dos bens comercializados entre os países do Bloco (Borges, 2010, p.23).

### **União Aduaneira**

Segunda fase dos processos de integração, definida no GATT pelo art. XXIV: “*Se entenderá por território aduaneiro todo território que aplique uma tarifa distinta ou outras regulamentações comerciais distintas a uma parte substancial de seu comércio com os demais territórios*”. Corresponde à eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias no interior do Bloco e aplicação da TEC e harmonização da política comercial, relativamente a mercadorias provenientes de Estados exteriores, pagando-se os mesmos direitos aduaneiros, independentemente do Estado que realizar o desembarço aduaneiro. Após a nacionalização, os produtos podem circular livremente dentro do bloco (Engelmann, 2007).

### **Mercado Comum**

Patamar do processo de integração inerente à concretização da zona de livre-comércio e da união aduaneira, ficando livre a circulação de todos os fatores de produção (Engelmann, 2007).

### **Sistema Político Internacional**

“*Pode ser definido como um conjunto de centros independentes de decisões políticas que interatuam com uma certa frequência e regularidade*” (Couto, 1988) através de atores que, no caso em análise, são os Estados, na sua qualidade de principais soberanos, que compõem o MERCOSUL e os seus congêneres, perante os quais se procuram afirmar e competir. Deve referir-se que a gênese do MERCOSUL centra-se na procura do progresso e bem-estar, através da ordem económica/comercial, visando o crescimento e desenvolvimento, numa base de manutenção da soberania dos seus Estados, com recurso à intergovernabilidade em detrimento da supranacionalidade, com inerentes reflexos na reduzida institucionalização.

### **Estratégia**

Aplicado aos Estados soberanos “*é a ciência-arte que trata da preparação e utilização da coação para, apesar da hostilidade dos opositores, atingir os objetivos fixados pela entidade política*” (Barrento, 2010).

### **Poder**

“*Essencial para a ação estratégica, porque a capacidade para agir estrategicamente depende diretamente do poder de que se dispõe*” (Barrento, 2010).

### **Interesses e objetivos nacionais**

“*Elementos fulcrais do exercício da ação política e constituem-se como a primeira referência do planeamento estratégico. O interesse é aquilo que é considerado vantajoso, de que se retira proveito, que se for desconsiderado é prejudicial. [...] Objetivo Nacional é aquilo que o poder define poder ser atingido como a ação política*” (Barrento, 2010).

### **Geopolítica**

“*É o estudo dos fatores geográficos em função da decisão política*”, (Correia, 2012) que nas suas diversas vertentes, desde a geográfica até aos recursos naturais, humanos e demográficos, assumem importância significativa no patamar mundial. No caso



em análise do MERCOSUL, a dimensão territorial, potencial de mercado consumidor, recursos hídricos, minerais, vegetais e energéticos e também a localização numa zona do globo segura e estável, de implementação crescentemente democrática, embora num processo de integração regional, com perspectivas de natureza autonómica e expansiva a toda a América do Sul, não pode deixar de ser marcado por acentuado protagonismo brasileiro, como elemento preponderante em população, área territorial e recursos.

#### **Intergovernamental**

É a característica que constituiu o único modelo possível de ser adotado pelo MERCOSUL, porque no momento da assinatura do TA e do POP, os textos constitucionais dos Estados-partes não possuíam dispositivos para adoção do modelo supranacional nem autorização para delegação de poderes a instituições supra-estatais (Engelmann, 2012, p. 38).

#### **Supranacionalidade**

Está ligada ao mecanismo de integração, como agrupamento de Estados com fins económicos, políticos ou sociais comuns, perspetivando transferência de parcelas de soberania do Estado para instituições supranacionais, constituindo a base fundamental da integração, exercendo pressão para a cooperação entre Estados e em razão da supremacia das normas comunitárias sobre o Direito Nacional (Engelmann, 2012, p.23).

#### **Potência emergente**

Designação conferida a países que recentemente aumentaram a sua influência económica e política nos assuntos globais, evidenciando aspirações de afirmação internacional e possuir recursos para tal.

#### **Intrarregional**

Dentro do Bloco ou interação Sul-Sul ou Norte-Norte (Predebon et al., 2004, p.4).

#### **Inter-regional**

Interação Norte- Sul (Predebon et al., 2004, p.4).

#### **APEC**

Bloco que configura a instalação gradual de uma área de livre comércio abrangendo países asiáticos, americanos e da Oceânia, banhados pelo Pacífico, com o principal objetivo de fortalecer economicamente a bacia do Pacífico e a costa oeste do continente americano (EUA e Canadá incluídos), incluindo outros blocos, a exemplo do NAFTA e alguns blocos menores, como o Pacto Andino e ASEAN, num total de 21 países membros, destacando-se várias potências económicas mundiais como EUA, China, Japão, Canadá, Coreia do Sul, etc. (Azevedo et al., 2012, p.7).



## Apêndice 2- Geopolítica do MERCOSUL

### a. Caracterização do MERCOSUL

#### (1) Fator físico

O MERCOSUL ocupa 71,8% da América do Sul (PRFB, 2012).

Tabela nº 1- Extensão territorial  
Fonte: (PRFB, 2012)

ESTADOS PARTES	EXTENSÃO TERRITORIAL
ARGENTINA	2.791.810 km <sup>2</sup>
BRASIL	8.502.728 km <sup>2</sup>
PARAGUAI	406.750 km <sup>2</sup>
URUGUAI	176.220 km <sup>2</sup>
VENEZUELA	912.050 km <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>	<b>12.789.558 km<sup>2</sup></b>

A Argentina reivindica ainda os territórios britânicos das ilhas Malvinas e das ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, e a “Antártida Argentina” (96.464 Km<sup>2</sup>). O Paraguai não possui acesso ao mar, apoiando-se nos rios Paraná e Paraguai e o Uruguai é o segundo menor país da América do Sul, somente maior que o Suriname.

O Brasil possui um extenso litoral de 7 491 km e inclui grande parte do interior do continente, possuindo vários arquipélagos e faz fronteira com todos os outros países sul-americanos, exceto Equador e Chile.

A configuração do MERCOSUL são as fronteiras dos Estados-partes, eventualmente alargadas aos Estados associados.

A Zona Económica Exclusiva (ZEE) do Brasil é a nona maior do mundo, com cerca de 3,5 milhões de Km<sup>2</sup>, e que poderá ascender a 4,5 milhões de Km<sup>2</sup> com a extensão da plataforma continental, designada por “Amazônia Azul”, de grande importância geopolítica, decorrente do petróleo e tráfego marítimo (TM). Esta área marítima atlântica brasileira possui:

- Biodiversidade e riqueza de pesca, com elevada importância social e econômica, garantindo o sustento a quatro milhões de pessoas;

- Mais de 90% do total de petróleo extraído no Brasil é oriundo de plataformas de extração localizadas no mar. Acrescente-se as reservas petrolíferas do Pré-sal, a extração de gás natural, e uma vasta gama de minerais.

- Potencial científico e tecnológico em biotecnologia marinha, farmacologia etc.

Além dos recursos existentes na Amazônia Azul, mais de 95% do comércio exterior brasileiro é realizado por via marítima e a interrupção das linhas de comunicação marítimas poderia causar o colapso da economia brasileira (Malschitzky, 2011), pelo que essa dependência do tráfego marítimo e de fontes de energia (petróleo) ali situadas, ou no exterior, é crítica para a defesa do Brasil (Pesce, 2012).

A Floresta Amazônica, com a maior diversidade biológica do mundo e área superior a 6 milhões de Km<sup>2</sup>. Extensas redes hidrográficas e a maior bacia fluvial do mundo, a Amazônica (7 050 000 Km<sup>2</sup>), e o segundo maior rio em extensão, o Amazonas (6280 Km). O aquífero Guarani é a maior reserva subterrânea de água doce do mundo (IBGE, 2013).

O rio Paraná e Uruguai formam o estuário do Rio da Prata, nos 4.725 quilômetros de costa atlântica, com grande plataforma continental Patagônica, conhecida como Mar



Argentino, salientando-se, ainda, as Pampas Argentinas, como uma das planícies mais férteis do mundo.

Grandes vias fluviais navegáveis, mar com riscos de pirataria marítima e significativa capacidade aeroportuária (CIA, 2013).

Assim, verificam-se:

- **Potencialidades:** posição geográfica; dimensão continental; extensão da ZEE e plataformas continentais; domínio do AS; controlo de áreas estratégicas; grandes bacias fluviais navegáveis; grandes reservas de água doce;
- **Vulnerabilidades:** dificuldade no controlo do espaço de soberania; extensão das fronteiras terrestres; integração física dos países;
- **Oportunidades:** alargamento aos países associados e integração de toda a América do Sul e caribenha; aproveitamento da Amazónia e das plataformas continentais; reforço da defesa e projeção no Atlântico Sul.

### (2) Fator humano

Corresponde a 69,78% da população da América do Sul, com várias etnias e origens (PRFB, 2012).

**Tabela nº 2-** População do MERCOSUL  
Fonte: (PRFB, 2012)

ESTADOS PARTES	POPULAÇÃO (em milhões)
ARGENTINA	40,57
BRASIL	194,93
PARAGUAI	6,53
URUGUAI	3,37
VENEZUELA	29,77
<b>TOTAL</b>	<b>275,17</b>

A Argentina e o Brasil apresentam taxas de crescimento demográfico, respetivamente de 0,997% e 0,86% (116º e 131º no mundo), população jovem, com boa força de mão-de-obra e significativa urbanização (CIA, 2013).

A Argentina possui o 45º lugar mundial, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>4</sup> muito alto (0,797), o Uruguai está no 48º, Venezuela no 73º, Brasil no 84º e índice de desenvolvimento alto (0,783, 0,735 e 0,718, respetivamente), o Paraguai no 104º e índice de desenvolvimento médio (0,665) (PNUD, 2012).

O Paraguai e o Brasil são, respetivamente, 14º e 16º país mais desiguais do mundo, na distribuição de rendimento, com coeficiente de Gini<sup>5</sup> de 53,2 e 51,9; com a Argentina a ocupar a 35ª posição, com 45,8; o Uruguai em 39º e 45,3; e Venezuela em 68º e 39,0 (CIA, 2013b).

População heterogénea, predominantemente branca e católica romana (Argentina: 97% brancos; 92% católicos romanos e Brasil: 53% brancos, 38,5% mulatos e 6,2% de negros; 73,6% católicos romanos), alfabetizados mas com pouca preparação técnico-

<sup>4</sup>O IDH mede o progresso, a longo prazo, nas dimensões básicas do desenvolvimento humano: rendimento, educação e saúde, permitindo comparações com o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que apenas considera a dimensão económica do desenvolvimento.

<sup>5</sup> Coeficiente de Gini- medida de desigualdade de distribuição de rendimento.



científica, com franjas de pobreza, desigualdade, exclusão social que contribuem para altas taxas de crime, particularmente violento nas cidades (CIA, 2013 a).

Região continental com línguas oficiais, português, espanhol e guarani, politicamente dividida em nações independentes e autônomas entre si, possuindo certa identidade cultural, religiosa e social (Almeida, 2009, pp.155-185). A capacidade dos recursos humanos ainda é insuficiente para rentabilizar o potencial natural e as estruturas industriais (Almeida, 2009, pp.155-185).

Assim, evidencia-se:

- **Potencialidades:** população jovem e boa força produtiva; identidade cultural, religiosa e social;
- **Vulnerabilidades:** duas línguas principais; assimetrias sociais; pobreza; elevados índices Gini; baixa densidade populacional; população fixada no litoral; baixo nível técnico-científico;
- **Oportunidades:** população de 275 milhões que garante elevada produtividade.

### (3) Fator recursos naturais

Potência agrícola com capacidade de produção nas cinco principais culturas alimentares globais (trigo, milho, soja, açúcar e arroz), constituindo-se ainda como o maior exportador líquido mundial de açúcar, o maior produtor e exportador mundial de soja, 1º produtor e 2º maior exportador mundial de carne bovina, o 4º produtor mundial de vinho, o 9º produtor mundial de arroz, além de ser grande produtor e importador de trigo e milho (PRFB, 2012).

Tabela nº 3- Produção agrícola do MERCOSUL  
Fonte: (PRFB, 2012)

Estado Parte	2008		2009		2010	
	US\$ milhões	mil toneladas	US\$ milhões	mil toneladas	US\$ milhões	mil toneladas
Argentina	37.691	134.772	32.056	107.266	38.698	149.189
Brasil	116.701	903.535	117.561	930.961	121.618	979.410
Paraguai	3.825	18.720	3.225	16.286	4.655	21.989
Uruguai	3.384	6.962	3.453	7.858	3.623	8.187
Venezuela	5.428	20.350	5.151	18.879	5.075	19.323
MERCOSUL	167.029	1.084.339	161.446	1.081.250	173.669	1.178.098

Uma das principais potências energéticas do mundo, detentora de 19,6% das reservas provadas de petróleo do mundo, 3,1% das reservas de gás natural e 16% das reservas de gás recuperáveis de xisto (PRFB, 2012).



Tabela nº 4- Hidrocarbonetos do MERCOSUL  
Fonte: (PRFB, 2012)

RESERVAS DE HIDROCARBONETOS - MERCOSUL / MUNDO (2011)						
Estado Parte/ Regiões	PETRÓLEO MMMM	Participação no total mundial	GÁS NATURAL MMMMPC	Participação no total mundial	CARVÃO MMT	Participação no total mundial
Argentina	2,5	0,20%	13,4	0,2%	551	0,1%
Brasil	64,2	5,00%	12,9	0,2%	5025	0,5%
Paraguai	0	0,00	0	0,0	0	0,0
Uruguai	0	0,00	0	0,0	0	0,0
Venezuela	211,2	14,40%	178,9	2,7%	528	0,1%
MERCOSUL	277,9	19,60%	205,2	3,1%	6104	0,6%
Total MUNDO	1.521,00	100,0%	6675	100,0%	948.000*	100,0%

Deste modo, verifica-se:

- **Potencialidades:** Riqueza em recursos naturais, sobretudo agrícolas e energéticos, e de biodiversidade;
- **Vulnerabilidades:** Dependência do preço das *commodities* nos mercados internacionais.
- **Oportunidades:** desenvolvimento tecnológico; relações comerciais impulsionadoras da política externa; reservas de hidrocarbonetos.

#### (4) Fator circulação

Verifica-se o seguinte:

- **Potencialidades:** extensão da rede hidroviária; desenvolvimento do transporte aéreo.
- **Vulnerabilidades:** sistema rodoviário transversal ao continente em construção e deteriorado; sistema ferroviário deteriorado e subaproveitado.
- **Oportunidades:** aproveitamento da rede hidroviária; investimento em infraestruturas pelos programas nacionais e pelo FOCEM

#### (5) Fator tecnológico

Assinala-se o seguinte:

- **Potencialidades:** domínio das tecnologias espacial, aeronáutica, automóvel e nuclear, principalmente no Brasil; crescimento das TI e da biotecnologia; capacidade industrial brasileira.
- **Vulnerabilidades:** escasso investimento;
- **Oportunidades:** investimento; software; fármacos e semicondutores.

#### (6) Fator estruturas

##### (a) Político institucional

Capacidade decisória de natureza intergovernamental, com:

- CMC, responsável pela condução política;
- Grupo Mercado Comum (GMC), como órgão de decisão executiva;
- Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), responsável pelo apoio ao GMC sobre a política comercial do bloco;



- Parlamento do MERCOSUL, com cargos ocupados por 18 representantes por país, indicados pelos Paramentos Nacionais;
- Foro Consultivo Econômico Social (FCES), como órgão consultivo;
- Secretaria do MERCOSUL (SM), com caráter permanente.

**(b) Economia**

Atinge 83% do PIB sul-americano (PRFB, 2012).

**Tabela nº 5-** PIB e crescimento do MERCOSUL

Fonte: (PRFB, 2012)

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL
PIB (US\$ milhões)	447.644	2.492.908	21.236	46.872	315.841	3.324.501
PIB per capita	10.944	12.788	3.257	13.914	10.611	12.067,59
PIB PPP (US\$ milhões)	716.419	2.294.243	35.346	50.908	374.111	3.471.027
PIB PPP per capita	17.516	11.769	5.421	15.106	12.570	12.599,47
Crescimento esperado para 2012	2.6%	1.5%	-1,5%	3,5%	5,7%	---
Projeção do crescimento para 2013	3.1%	4.0%	11.0%	4.0%	3.3%	---

**Tabela nº 6-** PIB dos mais desenvolvidos e do MERCOSUL

Fonte: (PRFB, 2012)

País	PIB (US\$ milhões)
1. Estados Unidos	15.094.025
2. China	7.298.147
3. Japão	5.869.471
4. Alemanha	3.577.031
MERCOSUL	3.324.501
5. França	2.776.324
6. Brasil	2.492.908
7. Reino Unido	2.417.570
8. Itália	2.198.730
9. Canadá	1.736.869
10. Índia	1.676.143

As exportações intrarregionais aumentaram 58,44%, enquanto o intercâmbio comercial do bloco com o mundo aumentou 53,82% (PRFB, 2012).

**Tabela nº 7-** Exportações no interior do MERCOSUL

Fonte: (PRFB, 2012)

Estado Parte	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	13.629	17.543	14.876	18.559	22.577
Brasil	22.078	26.887	19.439	26.455	32.444
Paraguai	1.386	2.392	1.650	2.303	2.908
Uruguai	1.353	1.840	1.723	2.415	2.726
Venezuela	1.123	1.548	1.443	1.703	2.039
MERCOSUL	39.569	50.210	39.131	51.435	62.694

(US\$ milhões)



**Tabela nº 8-** Intercâmbio comercial dos Estados MERCOSUL com o mundo  
Fonte: (PRFB, 2012)

Estado Parte	2007	2008	2009	2010	2011
Argentina	98.505	124.615	92.818	122.346	154.693
Brasil	281.267	370.927	280.717	383.684	482.279
Paraguai	8.356	12.969	9.658	13.932	17.019
Uruguai	9.810	14.543	11.934	14.859	18.129
Venezuela	110.700	140.200	94.700	96.500	110.290
MERCOSUL	508.638	663.254	489.827	631.321	782.410

(US\$ milhões)

**Tabela nº 9-** Produção Industrial do MERCOSUL  
Fonte: (PRFB, 2012)

Estado Parte	2008	2009	2010	2011
Argentina	63.983	60.426	69.723	84.500
Brasil	233.978	232.698	297.639	308.125
Paraguai	2.118	1.850	2.241	2.803
Uruguai	4.538	4.008	4.738	5.278
Venezuela	44.091	46.918	30.966	32.018 <sup>4</sup>
MERCOSUL	348.708	345.900	405.307	432.724

(US\$ milhões)

A produção industrial cresceu nos últimos anos, com cerca de 90% das exportações brasileiras para o bloco de produtos industrializados. (PRFB, 2012)

**Tabela nº 10-** Produção Industrial Brasileira  
Fonte: (PRFB, 2012)

Estado Parte	2011	Janeiro a setembro de 2012	Janeiro a setembro de 2012, incluindo a VEN
Industrializados	26,68	15,77	18,49
Participação (%) no total do MERCOSUL	95,8%	92,76%	89,1%
MERCOSUL	27,85	17	20,75

(US\$ bilhões)

### 1 Paraguai e Uruguai

Paraguai é uma economia pequena e aberta de modelo exportador, concentrado no setor agropecuário, privilegiando a integração econômica e comercial (Caballero, 2011, p.104). Contrabando, tráfico internacional de drogas, regime político instável e alto grau de corrupção. Energia abundante e barata das centrais hidroelétricas em associação com o Brasil (Itaipu) e Argentina (Yaciretá). O Uruguai tem pouco potencial energético, forçado a importar petróleo e derivados, exporta produtos primários (Arce et al., 2012, pp.61-79).



## **2 Argentina**

Enfrenta dificuldades de afirmação internacional necessitando de integração, como o resto dos países sul-americanos, para inserção na competitiva economia global, participando no MERCOSUL para encontrar complementaridade de objetivos, com inclusão de temas como a defesa da democracia, direitos humanos e outros objetivos sociais e culturais, e desenvolvimento de um MERCOSUL político (Sigal, 2012, p.197), procurando apoio na Venezuela para compensar a pretensão de liderança brasileira (Arce et al., 2012, p.81).

## **3 Brasil**

Através da sua economia fornecedora de *commodities* reservas de recursos naturais e produtos da biodiversidade, mas também com tecnologias de construção aeronáutica (Embraer) está destinado a possuir uma voz relevante no âmbito da globalização (Almeida, 2007, pp.7-36). Industrializado, com déficit educacional e baixa produção tecnológica, apesar do aumento de produção científica universitária, ainda não ultrapassou a Alemanha em PIB, mas o relacionamento comercial com as grandes economias proporcionam o crescimento das exportações compensando eventual falta de dinamismo da economia.

## **4 Venezuela**

Saldo da balança comercial com *deficit*, demonstrando reduzida diversificação econômica, dependência do petróleo, carência de produtos primários produzidos pelos três mercossulinos, com o aumento do PIB venezuelano a permitir a sua importação. A redução dos preços do petróleo provoca maior dependência das relações com os países sul-americanos, principalmente do Brasil (Arce et al., 2012, pp.61-79).

## **5 FOCEM**

Destina-se (SM, 2013) a “*financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas; apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração*” (PRFB, 2012) para reduzir as assimetrias (MRE, 2013).

O Brasil é o maior contribuinte, com 70% dos recursos, seguindo-se a Argentina com 27%, Uruguai com 2% e Paraguai com 1% e (PRFB,2012) os principais beneficiários são o Paraguai, com 48% dos recursos e Uruguai com 32%.

### **(c) Sociais**

Exclusão social, desigualdade, desemprego, sistemas de saúde em colapso e altos índices de analfabetismo, são realidades sociais assumidas pelos Estados partes e associados com a Declaração de Princípios do MERCOSUL SOCIAL. (SPMS, 2007).

Mesmo o Brasil apresenta desigualdades persistentes, apesar da produção de riqueza, com franjas de pobreza em todos os estados, cidades e regiões, geradoras de fome, analfabetismo, epidemias e violência (Azevedo et al., 2011, p.14).

As estruturas existentes baseiam-se no (SGPR, 2010) FCES, nas Cúpulas Sociais, Instituto Social do Mercosul (ISM), que fortaleceu a dimensão social do bloco, com a finalidade de subsidiar a formulação de políticas sociais no âmbito regional, e demais órgãos relacionados com esta temática (SM, 2012), dependentes do CMC e do GMC. O estabelecimento da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do



MERCOSUL, foi encarregada de apresentar propostas de trabalho relativas ao Plano Estratégico de Ação Social (MRE, 2013).

**(d) Militares**

Na região sul-americana, as ameaças externas são remotas, o nível das rivalidades regionais é baixo (Cabral et al., 2012) e sem conflitos significativos entre Estados da região. A América do Sul não possui um conflito permanente, mas na região andina as rivalidades ainda não se resolveram, a questão das drogas e o envolvimento norte-americano potencializam a instabilidade. Os principais problemas da segurança regional sul-americana são:

- Especulações norte-americanas da presença de grupos radicais islâmicos na região da tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai como base de operações, refúgio, lavagem de dinheiro, além de vários outros ilícitos como contrabando, pirataria, tráfico de drogas;
- A política externa norte-americana para a região, com instalação de novas bases militares, o aumento de assessores militares e de outras agências na região e a reativação da 4ª Frota;
- FARC e outros grupos semelhantes que se ligam aos produtores, traficantes de drogas e de armas em vários Estados da região;
- Movimentos indígenas, principalmente nos Andes e na Amazônia e a sua ligação com o tráfico de drogas, como no caso boliviano;
- Tráfico de drogas e presença de facções criminosas aliadas a grupos de guerrilheiros nas regiões de fronteira, principalmente, nas Tríplices Fronteiras (Bolívia-Brasil-Paraguai, Brasil-Colômbia-Peru e Colômbia-Ecuador-Peru), na região do Pantanal e na Amazônia;
- Possibilidade de intervenção direta ou indireta norte-americana nos conflitos internos de nações sul-americanas (Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela);
- Violência interna, fruto dos crimes ligados ao tráfico de drogas, à corrupção, à pobreza e à desigualdade;
- Reivindicações territoriais ainda não solucionadas;
- Surgimento de novas rivalidades regionais e projetos de projeção de poder;
- Ressurgimento de grupos guerrilheiros, novos como o Exército do Povo (Paraguai) ou antigos como o Sendero Luminoso (Peru), desta vez ligados a traficantes de drogas;
- Presença de organizações não-governamentais cujos interesses e ações escapam ao controle dos Estados e que muitas vezes servem interesses externos (Cabral et al., 2012).

O MERCOSUL, não contempla, nos seus objetivos, a integração da área de segurança e defesa, (Mathias et al., 2011, pp.223-242) admitindo-se que o comércio e inerente desenvolvimento de relações entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, permitem a confiança necessária para integração neste domínio. A guerra das Malvinas-Falklands mostrou um Brasil favorável à Argentina, indiciando vontade de cooperação regional.

A Argentina possui Forças Armadas com gastos de 0,8% do PIB (2009) o que coloca este país no nº 146 a nível mundial com (CIA, 2013a) a Venezuela, no ranking dos países da América do Sul liderado pelo Brasil (MPR, 2013), no 5º lugar à frente da Argentina que é 6ª.

O Brasil tem as maiores e mais bem equipadas Forças Armadas da América do Sul (único país sul-americano com um porta-aviões) (MPR, 2013), com gastos crescentes desde 2005 (IISS, 2010, p. 59) atingindo 1,7% PIB (2009) (CIA, 2013) atuando como um



elemento de pacificação e de estabilização política no âmbito regional, com aspirações a desempenhar o mesmo papel (Almeida, 2007, pp.7-36) na Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul, rejeitando a constituição de qualquer esquema defensivo nesta região geográfico-marítima.

Sem forças armadas comuns, resta identificar interesses comuns e cooperação política de defesa e segurança, mantendo autonomia e identidade nacional, (Mathias et al., 2011, pp.223-242) difundindo informações, participando em operações de paz e de combate aos ilícitos nas fronteiras (Cabral et al., 2012). Registam-se manobras conjuntas das marinhas dos países do MERCOSUL, muitas vezes ampliadas para os vizinhos, como Chile e operações na hidrovia Paraguai-Paraná, realizadas por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, operações de treino de pilotos navais argentinos pela Armada brasileira, com a consequente economia de meios para ambas as marinhas e partilha de responsabilidades na defesa do espaço aéreo do Atlântico Sul, que se traduz em confiança (Mathias et al., 2011, pp. 223-242).

Assim, salientam-se:

- **Potencialidades:** programas de redução de assimetrias; integração social; Brasil como potência emergente; potencial militar brasileiro de dimensão regional, elevadas taxas de crescimento e aumento comercial;

- **Vulnerabilidades:** estrutura institucional intergovernamental sujeita a cláusulas democráticas; baixa institucionalização, corrupção, tráfico drogas, violência e crime organizado;

- **Oportunidades:** fortalecimento do MERCOSUL e controlo do Atlântico Sul.